

A Cavalaria

Orlando Fedeli

A CAVALARIA

“Agora, quem não tem uma espada, venda o manto e compre uma”
(S. Lucas XXII, 36).

“Maldito aquele que não ensanguentar a sua espada” (Jer.
XLVIII, 10).

“Por que os inimigos de Deus não são mais os inimigos dos cristãos?” (Guilherme de Tiro pregando a 3ª cruzada – apud Joseph François Michaud, *História das Cruzadas*, Ed. das Américas, São Paulo, 19??, 7 volumes, Vol. III, pg.12).

Introdução

Era um fim de batalha. Foi em Hattin (Tiberíades), em 4 de julho de 1187. Nessa batalha Saladino desbaratou, por castigo, os exércitos cristãos da Palestina liderados por chefes depravados. Por toda parte os corpos de cruzados cobertos de sangue atestavam sua fidelidade e, desgraçadamente, sua derrota. Os maometanos haviam triunfado na batalha de Tiberíades. Os principais chefes cristãos e até mesmo o rei de Jerusalém caíram prisioneiros de Saladino.

Só um homem continuava a lutar. Coberto do ferro e sangue, montado num cavalo branco espumante e exausto, cercado de infiéis, o último cavaleiro resistia. Sua espada descrevia terríveis molinetes e a seu redor estavam mortos os inimigos que haviam ousado aproximar-se dele. Os maometanos o contemplavam, de longe, e no furor de seus olhos brilhava também, apesar de tudo, uma centelha de admiração.

Que homem era esse que não capitulava? Que tipo de homem era

esse que não cedia, nem recuava? Quem gerara um filho de tal porte? Quem forjara essa alma-courosa e esse coração indomável?

Feridos e exangues cavalo e cavaleiro caem por terra. Imediatamente, ele se reergue e se lança sobre os inimigos. Tudo acaba.

Tudo não.

Só não termina a admiração. A morte do herói até a fizera crescer. E os turcos e os curdos, os semibárbaros, os maometanos, os inimigos, se aproximam e molham seus albornozes no sangue do cruzado morto, e repartem suas vestes e armas para conservar algo de lembrança do mais valente dos homens. (Cfr. Joseph François Michaud, *História das Cruzadas*, Ed. das Américas, Vol. II pp.397/393).

Quem era este homem de coração de ferro? Que Mãe concebera um tal herói?

Ele era um filho da Igreja Católica. Ele era um cavaleiro.

Era o Marechal do Templo Jacques de Mailly.

Antes da batalha, ele discordara do plano imprudentemente louco que o orgulhoso Grão Mestre do Templo – o péssimo Gerard de Ridefort – havia imposto aos cruzados. O Grão Mestre insultou Jacques Mailly, acusando-o publicamente de covardia: “Você gosta demais de sua cabeça loira, pois que tão bem a quer manter”.

Ao que o Marechal do Templo retrucou: “Eu me farei matar como um nobre, e será você quem vai fugir”.

Jacques Mailly partiu ao ataque à frente de 150 cavaleiros templários contra todo o exército maometano, “com um tal ardor que, escreveu Ibn Al-Athir, que as cabeleiras mais negras teriam embranquecido de pavor” (René Grousset, *Histoire des Croisades*, Plon, Paris, 1934, 3 volumes, III Vol., p. 784).

Gérard de Ridefort escapou vivo da derrota de Tiberíades. Foi feito prisioneiro com o Rei Guy de Lusignan e com centenas de cavaleiros das Ordens Militares. Saladino fez massacrar todos os cavaleiros Templários e Hospitalários aprisionados em Hattin. Mas, Gérard de Ridefort teve a vida poupada...

Isto aconteceu nas Cruzadas, num tempo em que havia fé, tempo em que se seguia o conselho de Cristo: “agora, quem não tem uma espada, venda o manto e compre uma”.

Isto aconteceu na Idade Média, “doce primavera da Fé”, – primavera na qual podiam acontecer dias de tempestade negra – quando havia heróis e traidores. Luz e trevas. Inquisição e hereges. Mas em que a Luz dominava as trevas.

Isto aconteceu no tempo em que “havia escudos brancos, quando havia cruzados francos”.

Aconteceu nos séculos da fé e da glória.

Aconteceu na Idade Média.

Origem da Cavalaria

A Cavalaria... Um turbilhão de homens, estandartes esvoaçantes ao vento da glória, precipitando-se sobre os infiéis, numa cavalgada de fé e de heroísmo. Que era a Cavalaria? Que era o cavaleiro?

A Cavalaria “era a forma cristã da condição militar” e “o cavaleiro era o soldado cristão” na sua plenitude, segundo explica Léon Gautier (Cfr. Léon Gautier, *La Chevalerie*, edição resumida da edição original. Arthaud, Paris 1959, p. 27).

Mais do que uma instituição, a Cavalaria foi um ideal de vida militar. Foi por meio dela que a Igreja transformou os bárbaros em santos. Quando se compara um soldado bárbaro, valente, mas ainda cruel, forte, mas grosseiro, com os santos

produzidos pela Cavalaria compreende-se o valor dela. São Luis, rei de Franca, São Fernando, rei de Castela, o condestável de Portugal, Nuno Álvares Pereira, e Santa Joana D'Arc, foram alguns dos santos gerados pela Cavalaria. Gerados pela Igreja, por meio da Cavalaria.

Por isso, ela era admirada até pelos infiéis e – por incrível que pareça – até um comunista como o Padre Joseph Comblin, defensor da Teologia da Libertação, apesar de cair em certa confusão entre nobreza e cavalaria, diz dela o seguinte:

Apesar de todos os defeitos que são bem conhecidos, a Cavalaria medieval deu à Igreja uma coleção de Santos e Santas, como nenhuma classe social jamais deu, justamente porque eram a verdadeira elite social, a santidade se multiplicou neles pelo heroísmo de profissão, pela consagração de energias magníficas. Bastaria evocar os santos e as santas, reis e rainhas. Desde o século XIII nunca mais houve tantos santos entre os chefes dos Estados, chamados católicos. Houve muito mais hipocrisia, não houve mais santos. Seria preciso citar os santos de Cluny e Citeaux, os santos Papas e bispos que a nobreza deu a Igreja. Ora, o heroísmo da nobreza posto a serviço da santidade de Cristo marcou profundamente o catolicismo europeu e subsiste ainda como apelo ao heroísmo: p. ex.: a vocação missionária de tantos jovens europeus (missionários no sentido de missões estrangeiras) deriva diretamente do espírito de Cavalaria (Pe. Joseph Comblin, *Os sinais dos tempos e a Evangelização*, Ed. Duas Cidades, 1968, São Paulo, pg. 82)

A Cavalaria foi a transposição do feudalismo para as relações entre Deus e os homens.

O Feudalismo consistia essencialmente numa relação pessoal entre suserano e vassalo pela qual um pertencia ao outro. Eles

eram como pai e filho adotivos. O vassalo devia a seu barão honra, serviço e obediência. O suserano devia ao vassalo honra, justiça e proteção. Um era do outro.

Assim como os vassalos de um barão serviam seu senhor, seguiam sua bandeira e defendiam seu feudo, assim os cavaleiros serviam a Deus. Os cavaleiros eram os vassalos de Deus e os soldados da fé. Deus – *le beau Sire Dieu*, o bom senhor feudal, – era o seu barão. Os cavaleiros seguiam a sua bandeira e queriam reconquistar o seu feudo – a Terra – invadida pelos infiéis e hereges.

Para eles, Nossa Senhora era a Dama, a Senhora, a Rainha que eles deviam servir, como os vassalos serviam a sua castelã, senhora de um feudo terreno. Esta relação feudal de Deus e de Nossa Senhora com os cavaleiros era tão viva, e o modo pelo qual eles se referiam a Deus era tão real, que, às vezes, provocava confusão.

Quando Santa Joana d'Arc apresentou-se, em Vaucouleurs, ao capitão Robert de Beaudricourt, pedindo-lhe soldados para ir salvar a França, deixou-o confuso ao dizer-lhe:

– “A França não pertence nem ao Sire da Inglaterra nem ao Sire da França, mas a Meu Sire”.

O capitão, espantado, pois já havia dois Reis disputando o trono da França, e agora ela lhe anunciava a pretensão de um terceiro, perguntou:

– “E quem é teu Sire?”

E ela, singelamente, lhe respondeu:

– “Messire est Dieu”. (Meu Rei é Deus).

Santa Teresa, que nasceu em “Ávila de los Reyes”, na “Ávila de los Caballeros”, referia-se a Nosso Senhor, chamando-o de Sua Majestade, pois Ele era seu Rei vivo.

Era assim que os cavaleiros viam a Deus. Não como entidade abstrata, mas como ser muito real, que vivia a seu lado, que participava de seus combates.

Qual foi a origem da Cavalaria?

A Cavalaria teve origem na cristianização dos costumes bárbaros. Em todos os povos, mesmo pagãos, se encontra, entre os soldados, a noção de prática de guerra e das virtudes guerreiras de modo elevado. Entre os japoneses, esse ideal formou o código de honra dos samurais. Essa tendência natural do homem de praticar as virtudes bélicas de modo ideal e perfeito foi cristianizado pela Igreja na Cavalaria. Os bárbaros amavam a guerra a tal ponto que ingenuamente imaginavam que no seu céu haveria contínuas batalhas. A Igreja procurou ordenar o ardor bélico dos bárbaros e regular o seu amor e espírito de luta, dando-lhes um motivo – a luta por Deus – e seu fim: a conquista da Terra Santa.

Na Europa, a Cavalaria nasceu dos costumes germânicos cristianizados pela Igreja. Ela não surgiu por um decreto, nem foi fundada por um homem determinado. Desabrochou naturalmente dos costumes germânicos, sobrenaturalmente purificados pelo cristianismo.

Os bárbaros que invadiram a Europa tinham uma alma heroica. A Igreja procurou reerguer sua coragem transformando-a em fortaleza cristã. Já que queriam combater e amavam a luta, a Igreja lhes deu uma finalidade santa: lutar por Deus.

Os tempos pacifistas, relativistas e ecumênicos em que vivemos, em que “há guerras e rumores de guerra”, tempos próprios para os falsos profetas chamarem “Pax! Pax!”, quando não há paz, não admitem a liceidade da guerra, que consideram um ato bárbaro e injusto em si, sem possibilidade de ser santificado. Tempos, os nossos, em que se vendem as espadas, para se comprarem mantos. Tempos pacifistas que obrigam a uma explicação: a guerra é lícita?

Não é a guerra uma coisa essencialmente contrária ao espírito cristão? Não se deve buscar a paz?

A Igreja sempre ensinou que a guerra é um mal, mas um mal, às vezes, necessário, para evitar um mal maior. Ela é como uma operação cirúrgica, que é sempre um mal menor e necessário para evitar o mal maior da morte.

A guerra é uma operação cirúrgica no mundo, para exterminar o câncer da injustiça. Ela visa restabelecer a justiça, porque, sem esta, não há paz verdadeira. *Opus justitiae pax*. A paz é o efeito da justiça. Uma paz que consista apenas na inexistência de lutas armadas é comparável à paz do canceroso que não sabe de seu mal, e que, por isso, não se opera, pensando que está bem, enquanto a morte silenciosamente corrói suas entranhas.

A guerra é, pois, lícita quando visa restabelecer a justiça.

A paz é a tranquilidade na ordem, ensinou Santo Agostinho. Quando a desordem e a injustiça perturbam a paz, é preciso restaurar a justiça pela espada. Assim como o médico restaura a saúde com o bisturi. A guerra deve visar a restauração da ordem, da justiça e, por elas, a restauração da paz. Por isso dizia. Santa Joana D'Arc: "Só se obterá a paz, na ponta da lança".

Por outro lado, Santo Agostinho mostra que o mal da guerra não é nem a morte, nem a destruição, mas o ódio. Se a guerra for feita por amor à justiça, ela será um ato virtuoso. Por isso, Cristo não condenou o uso da espada, antes pelo contrário, ordenou que São Pedro a guardasse, para usá-la, quando fosse justo e conveniente.

A guerra é inevitável, porque sempre haverá maus.

"Não podendo acabar com a guerra, a Igreja cristianizou o soldado", diz Léon Gautier (op. cit. p. 31).

O soldado cristão não é homicida, na guerra, e sim um

malicida”, diz Santo Agostinho, pensamento que será repetido por São Bernardo ao escrever o seu Elogio da Nova Cavalaria, justificando a existência do monge guerreiro Templário. Nesse trabalho, “São Bernardo denuncia e lamenta a cavalaria do mundo, e, brincando com as palavras (*militia, malitia*) denuncia essa “malícia do mundo” (*non dico militiae sed malitiae*) a Milícia Cristã contra a Malícia do mundo (Alain Demurger, *Les Templiers*, Éditions du Seuil, Paris, 2005, p. 61).

Nestes tempos de ecumenismo relativista, uma condenação de princípio é proclamada – sem análise e sem base – contra a guerra, e em particular contra a cruzada, pois estulta e ateisticamente se julga que a guerra mais injusta é aquela que visa defender a honra e os direitos de Deus. E isto pede uma resposta à questão posta: A Cruzada, isto é, a guerra religiosa, é permitida ou desejada por Deus? A Cruzada é lícita, ou é condenável? Como a Igreja pregou Cruzadas?

E estas perguntas revelam a tibieza e o bruxulear de uma fé enfermiça já moribunda.

A Cruzada é legítima?

Se é lícito fazer guerra para combater uma invasão, ou uma agressão injusta à pátria, quanto mais justo é lutar para defender a fé atacada pelos inimigos de Deus. Se é justa a legítima defesa de uma cidade atacada por saqueadores, muito mais justa é a defesa da Cidade de Deus atacada pela Cidade do Homem, assaltada por heresias e erros insinuantes ou agressivos. De todas as guerras, portanto, a guerra religiosa, a Cruzada, é a mais legítima e santa, porque visa combater a maior injustiça: a que é feita contra Deus e sua Igreja. Visa enfrentar o ataque materialmente armado contra a Verdade. Verdade sem a qual não há nem vida, nem liberdade verdadeira. “A liberdade necessita de uma convicção”. A liberdade precisa sempre da verdade (Cfr. Bento XVI, *Spe salvi*, N^o 24). Só

combate, quem tem certezas. E só tem verdadeira certeza, quem tem Fé. É da certeza da Fé que nasce a Cruzada.

Em consonância com esta doutrina, a Igreja pregou a Cruzada – a Guerra Santa – visando libertar a Palestina das mãos dos muçulmanos.

São Bernardo, um dos grandes doutores da Igreja, ele mesmo pregou a Segunda Cruzada. Eis suas palavras em Vezélay, quando arrebatou a nobreza francesa para lutar no Oriente:

A terra estremeceu (Sal. 17,8) porque o Senhor do céu principiou a perder a terra que é muito sua. Muito sua, insisto, porquanto nela, durante mais de trinta anos, a palavra invisível do Pai se tornou visível, instruiu o povo, e como um homem conversou entre os homens (Bar. 3,38). Muito sua, por a ter glorificado com os seus milagres, consagrado com o seu sangue, adornado com as primeiras flores de sua gloriosa ressurreição. E agora, devido aos nossos pecados, os inimigos da Cruz ergueram o seu estandarte blasfemo, e destruíram com fogo e ferro a Terra Santa, Terra de Promissão! Em breve, a menos que encontrem forte oposição, irromperão na cidade do Deus dos vivos, para destruir os preciosos monumentos de nossa redenção e devastar os lugares sagrados, outrora avermelhados pelo sangue do Cordeiro Imaculado. Ai de nós! Ardem no profano desejo de invadir o próprio santuário da religião cristã, e violar o sepulcro, onde Cristo, que é a nossa vida (Col. 3,4), por nós, dormiu o sono da morte.

Que fareis, bravos cavaleiros? Que fareis, soldados cristãos? Deverei crer que lançareis aos cães o que é sagrado, e as pérolas aos porcos? (Mat. 7,6)

Oh quantas multidões de pecadores, confessando as suas penas com arrependimento, se reconciliam com Deus

naquela Terra Santa, desde que as espadas dos guerreiros cristãos repeliram de lá os loucos pagãos! Viu-o o pecador e se indignou; rangeu os dentes e consumiu-se (Sal. CXI,10).

Agitou os instrumentos de sua impiedade; e, se alguma vez lograr apoderar-se do Santo dos Santos, (que Deus nunca o permita), não tolereis que permaneça vestígio de sua passagem junto dos monumentos e lugares associados com a paixão de Jesus Cristo.

“Que dizeis, irmãos? Se fosse anunciado que o inimigo invadiu as vossas cidades, violou os vossos lares, ultrajou vossas famílias e profanou vossas igrejas, qual de vós não pegaria em armas? Fareis menos pela honra de Jesus Cristo? Todos esses males, e outros ainda piores, atingiram a sua família, da qual sois membros. O lar do Salvador foi perturbado pela espada dos sarracenos; os bárbaros destruíram a casa de Deus e dividiram entre si a sua herança. Hesitareis em debelar semelhante mal em vingar tal perversidade? Suportareis que os infiéis contemplem em paz a extensa ruína que oneraram entre o povo cristão? Recordai que o seu triunfo será motivo de desgosto inconsolável para gerações futuras, e de desgraça perpétua para nós que o consentimos. E mais do que isso: o Deus dos Vivos encarregou-me de proclamar que se vingará de todos os que se recusem defendê-lo de seus inimigos. Às armas, pois! Que uma indignação sagrada vos anime ao combate, e que o grito do profeta vibre por toda a cristandade: ‘Maldito seja aquele que não ensanguentar a sua espada.’ (Jerem. XL VIII, 10). (J.F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. II, pp. 235/236 e A. Lubby, S. Bernardo).

Apesar de tudo, porém, a guerra é um mal, e a Igreja, sabiamente, procurou restringi-la. Ela limitou o número dos combatentes, ao fazer com que só os nobres fossem obrigados a

lutar. Limitou o tempo de guerra, por meio da Trégua de Deus, proibindo combater nos quarenta dias da quaresma, nos quarenta dias do Advento, nos dias santos, como desde a Quinta feira até o fim do Domingo, em homenagem à Paixão de Cristo.

A 'Trégua de Deus' – como se chamava, esse armistício periódico – pouco a pouco, foi estendido, ao mesmo tempo que às grandes festas, aos três dias da semana (desde a noite de quarta-feira) que precediam o domingo e pareciam prepará-lo. Tanto que, no fim das contas, a guerra dispunha de menos tempo que a paz. (Marc Bloch, *La Société Féodale*, Albin Michel, Paris, 1968, p. 571).

Como a Igreja proibiu também o emprego de certas armas, julgadas então por demais mortíferas:

“Desde 1139, a Igreja proíbe o uso por demais mortífero do arco e da arbalista em todos os combates entre cristãos.” (Léon Gautier, *La Chevalerie*, ed. cit., p. 39).

Em campo raso o nobre não podia usar o arco, que não exigia coragem maior pois se atacava o inimigo longe dele. Era lícito usá-lo apenas em cercos de castelos. Proibiu ainda fazer guerra aos fracos, aos que não podiam normalmente usar armas (clérigos, mulheres, doentes, camponeses):

“Enfim, a Igreja tinha como seu dever particular proteger, com seus membros, todos os fracos, essas *Miserabiles personnae* das quais o direito canônico lhe confiava a tutela” (Marc Bloch, *La Société Féodale*, Albin Michel, Paris, 1968, p. 569).

Não contente com isso, a Igreja atacou o próprio cerne do mal da guerra que é o ódio. Para isso, ela criou a Cavalaria, e deu ao soldado o ideal de, até combatendo, obedecer às leis de Deus, e o dever de amar os inimigos. Era a caridade cristã que mandava também respeitar o inimigo valoroso e leal.

Os cavaleiros eram os *miles Christi*, os soldados de Cristo.

A Cavalaria era então o exército de Deus, e seus membros – os cavaleiros – tinham entre si uma solidariedade muito grande, que superava as rivalidades feudais e nacionais.

Nela, a única hierarquia existente era a do valor. As desigualdades sociais e políticas eram transcendidas pelo espírito de bravura e de proeza. O rei Francisco I, já no tempo da decadência da Cavalaria, quis fazer-se armar cavaleiro por Bayard, o famoso “chevalier sans peur et sans reproche”, que, na escala feudal, era de pequena nobreza, no final da batalha de Marignano (Cfr. Marc Bloch, *La Société Féodale*, ed. Cit., p. 340).

Qualquer pessoa podia tornar-se cavaleiro, embora fosse mais comum que os nobres, por serem militares, se tornassem membros da Ordem.

Nem todo nobre, nem todo soldado, era cavaleiro.

Para isto era preciso:

I) Ter o ideal de praticar todas as leis de Cavalaria e de lutar por Deus.

II) Ser recebido na Ordem da Cavalaria

Isto se fazia por uma cerimônia que passou por várias formas, no decorrer dos séculos.

Admissão à Cavalaria

A cerimônia para admissão de um candidato à Cavalaria tinha variantes que foram se aperfeiçoando, para melhor “armar-se”, ou “fazer-se” um cavaleiro.

A Cavalaria era urna instituição aberta, isto é, homens de qualquer classe social podiam ser armados cavaleiros. Só eram excluídos os doentes, os estropiados, os desonrados. Normalmente, porém, como já salientamos, os cavaleiros eram de origem nobre, porque a função da nobreza era combater, e a

Cavalaria consistia em combater por Deus e pelo bem.

O jovem era armado cavaleiro ao atingir uma idade e um desenvolvimento que o tornassem apto ao combate. A cerimônia se realizava antes ou depois das batalhas, ou nas grandes festas religiosas. Festas preferidas para armar cavaleiros eram a de Pentecostes ou a festa da Páscoa, especialmente a primeira, em que se festeja o nascimento da Igreja pela qual o cavaleiro devia lutar.

Inicialmente, foi costume armar cavaleiro, no próprio campo de batalha, aquele que se destacava por uma grande proeza. Então, em meio aos mortos e feridos, entre o sangue, o ferro e o fogo, aos cânticos de guerra, ao som de trombetas e tambores, bandeiras ao vento, um cavaleiro entregava a um herói vitorioso a espada que fazia dele um cavaleiro. Era a consagração, na glória da vitória.

Mais raramente armavam-se cavaleiros antes das batalhas como o Rei D. João I de Portugal o fez em Aljubarrota para 60 nobres, mandando-os depois combater, na primeira linha dizendo-lhes:

“Belos senhores, eu vos envio no primeiro escalão da batalha. Fazei tanto que aí obtenhais honra, porque do contrário vossas esporas de ouro teriam sido mal colocadas”.

Porém, era após a suprema vitória que os guerreiros preferiam ser armados cavaleiros. Assim, quando sob as muralhas de Antioquia Godofredo de Bouillon, entusiasmado pela valentia e pelas proezas de Gontier d’Are quis armá-lo cavaleiro, incontinente, o jovem herói recusou dizendo – “Não, não, nada de armar-se, nada de novos cavaleiros, antes que tenhamos conquistado o Santo Sepulcro”. E comenta Léon Gautier: “Essa palavra não está longe de ser sublime”. (Léon. Gautier, *La Chevalerie*, p. 253 da edição original, da qual não copiamos a data da edição, quando fizemos a primeira redação deste texto há mais de quarenta anos atrás. OF).

Quando não era nos campos de batalha, nos primeiros tempos, o

cavaleiro era armado na escadaria de entrada do castelo. Alguns foram armados no leito de morte.

Todo cavaleiro podia armar outro cavaleiro, assim como todo católico, em caso de necessidade, pode batizar um pagão, ou como um bispo pode sagrar outro bispo.

Normalmente o padrinho era o próprio pai, um parente próximo, ou o senhor feudal. Por vezes, o candidato tinha vários padrinhos, e mais tarde, quando a cavalaria decaiu, até madrinhas.

Historicamente houve três formas ou “ritos” para armar um cavaleiro:

I) a forma militar

II) a forma religiosa

III) a forma litúrgica

0 Ritual Militar

O ritual militar se relacionava diretamente com os costumes germanos de entregar armas a um novo soldado da tribo. O essencial desse rito militar consistia na entrega das armas ao novo cavaleiro, especialmente a espada, além de se dar ao candidato um forte golpe com a mão: o *adoubement*.

O *doubement* (do francês arcaico *dubban* = bater, golpear) até então simples rito militar, do qual o gesto essencial era um golpe dado pelo iniciador com a mão ou com a espada, tornava-se assim uma liturgia calcada sobre a da *porrection* (do latim *porrigere* = estender, entregar) instrumentos no curso da ordenação sacerdotal (Jean Chélini, *Histoire Religieuse de L'Occident Medieval*, Hachette, Paris 1991, p. 374).

Entre os germanos, a cerimônia era à imagem de uma civilização guerreira. Sem negar outros traços – tais

como o corte dos cabelos, que por vezes se encontra mais tarde na Inglaterra, unido ao *adoubement* essencialmente cavalheiresco –, elas consistiam essencialmente numa entrega de armas, que Tácito descreveu e cuja persistência, na época das invasões, foi confirmada por alguns textos. Entre o ritual germânico e o ritual da Cavalaria, a continuidade não é duvidosa (Marc Bloch, *La Sociétés Féodales*, ed. cit. p. 436).

Na Idade Média cristã, quem pretendia ser armado Cavaleiro, primeiro se banhava, depois era vestido, e lhe punham as esporas nos pés, revestiam-no da cota de malha, cobria-se-lhe a cabeça com o elmo, e cingia-se-lhe a espada à cintura. Depois disto, o padrinho dava ao novo cavaleiro um grande tapa na nuca, dizendo-lhe algumas palavras, como por exemplo: “Sê verdadeiramente um cavaleiro e corajoso contra todos os teus inimigos”. Ou então: “Não esqueças de ser fiel a teu senhor”. Ou mais simplesmente ainda: “Sê valoroso”. Estas duas palavras dizem muito. Elas dizem tudo. (L. Gautier, op cit., pg. 285).

A seguir, o cavaleiro saltava a cavalo sem usar os estribos, galopava pelo campo, e derrubava um manequim (a quintana) com um grande golpe de lança. E assim ficava encerrada a cerimônia.

As canções de gesta narram com estilo saboroso a armação do cavaleiro. Léon Gautier resume uma delas:

O início de ‘Elias de Saint Gilles’ é, sob esse ponto de vista, uma obra prima de exposição selvagem e verdadeira. O pai de Elias, Julien de Saint Gilles, tem a barba toda branca. É um altivo barão que nunca se tornou culpado de uma traição, que sempre amou o filho de Santa Maria, que honrou os morteiros e fez construir portas e hospedarias para os pobres viajantes. Mas enfim, ‘há cem anos é que ele foi armado cavaleiro’, e ele sente a necessidade de

'repousar e viver bem'. Então, ele faz vir seu filho Elias, ou antes, o faz comparecer diante de si na sala 'jerrine'. Para excitar a cólera do jovem, ele o repreende de não ter praticado ainda nenhuma façanha: 'na tua idade, diz ele, eu havia já conquistado castelos, fortes e cidades', O jovem Elias se irrita sob o aguilhão dessas palavras, tanto mais que o ancião se pergunta 'bem alto se seu filho não seria chamado a viver num claustro e ser 'monge recluso no Natal ou na Páscoa'. Isto já é demais, Elias quer partir e deixar para sempre esse castelo no qual ele é forçado a engolir tais ultrajes: 'Cala-te, infeliz, cala-te lhe grita seu pai. Imaginas partir assim, sem escolta e sem armas? Mas diriam ao te ver passar nas estradas: 'Vede esse jovem? É o filho de Julien-à-la-Barbe. Seu pai o expulsou de sua terra'. Não, não, tu não partirás assim. E eu vou agora mesmo, te fazer cavaleiro'. Voltando-se então para seus homens diz: 'que preparem uma quintana e que me tragam minhas armas'. A cerimônia começa imediatamente. O velho cinge a espada em seu filho; depois, levantando a mão e deixando-a cair como um martelo sobre a nuca do filho, esse terrível centenário lhe dá um tal golpe, que Elias é meio derrubado. O novo cavaleiro sente a cólera subir-lhe a cabeça e falando baixinho cobre seu pai de ameaças contidas. 'Ah! diz ele, se fosse um outro! Mas é meu pai e meu dever é de não me queixar'. Ele se acalma, levanta a cabeça, monta bruscamente a cavalo e abate com um golpe de mestre todo o aparelho da quintana. 'Ele será um valoroso' exclama então o velho encantado (L. Gautier, op. cit, pg. 283/284).

A armação de cavaleiro, a de Galien, em rito militar, foi narrada por uma lenda. Ela teria ocorrido em Roncesvalles. Galien era filho de Olivier que morreu na batalha dizendo-lhe "Ama o imperador Carlos e desconfia de Ganelon". Galien se lança então sobre os pagãos e faz mil façanhas e proezas e se

cobre de sangue e de glória.

Este herói não era ainda cavaleiro, e se assistiu então a um grande milagre. O corpo inanimado de Roland estava lá, sob os olhos do imperador, sob os olhos de Galien. Em meio ao silêncio, o braço direito do amigo de Olivier se levantou lentamente e estendeu a Carlos sua espada pela ponta. O rei compreendeu e presenteou Galien com esta incomparável espada; depois, por uma inspiração sublime: 'Tu serás cavaleiro', lhe diz. Mas para um tal cavaleiro era preciso um *adoubement* que não fosse banal. O filho de Pepino se inclina para Roland, toma o braço do morto, e faz dar por esta mão fria o tapa (*collée*) em Galien. Ora, jamais *collée* fora dada desse modo, e desde então jamais o foi. Foi a única vez, mesmo em nossa lenda, que um cavaleiro vivo foi assim feito e criado por um cavaleiro morto (*Resumo de Viaggio di Carlo Magno in Spagna*, apud Léon Gautier op. cit, pg. 268/269 e nota 1 da edição original).

Porém, muito mais bela que a lenda fantasiosa é a realidade.

Em 1213, Simon de Montfort tinha cercado de um piedoso brilho, digno de um herói cruzado, o *adoubement* de seu filho, que dois Bispos, ao canto do *Veni Creator*, armaram cavaleiro para o serviço de Cristo. Ao monge Pierre des Vaux de Cernay, que assistiu a esse ato, essa cerimônia arrancou um grito característico: "ó novo modo da cavalaria! Modo até aqui inaudito!" (Marc Bloch, *La Sociétés Féodales*, Albin Michel, Paris 1968, p. 340).

Isto aconteceu na festa de São João, em 24 de junho de 1213, em Castelnaudary, lugar de outra vitória espetacular de Simão de Montfort sobre os cátaros.

Amaury de Montfort era o primogênito dos sete filhos que Simão

de Montfort teve de sua esposa Alix de Montmorency. Simão quis que o *adoubement* fosse litúrgico, o mais solene de todos, no qual um Bispo benze e cinge a espada no neo cavaleiro durante uma missa pontifical.

A noite precedente, era passada solitariamente em vigília de orações pelo candidato a receber o *adoubement*. A espada era benta pelo Bispo enquanto se cantava o *Veni Creator*. Simão de Montfort quis que seu filho Amaury fosse armado, não apenas como simples cavaleiro, mas expressamente como Cavaleiro de Cristo. (Dominique Paladilhe, *Simon de Montfort et le Drame Cathare*, Perrin, Paris, 1988, pp.208-209).

E esta cena nos leva ao ritual religioso da armação de um cavaleiro.

0 Ritual Religioso

Todo o ritual militar, tão cheio de símbolos e de grandeza, pecava, porém, por omissão de qualquer referência a Deus.

Uma época tão católica quanto a Idade Média devia logo fazer penetrar o espírito da religião nesse ritual até então um tanto bárbaro. Foi assim que nasceu o ritual religioso.

Ele ainda é laico no sentido de que era um leigo que armava o novo cavaleiro. Mas já a alma católica impregnava a cerimônia como um sopro de Deus.

Esse ritual ainda se processava em língua vulgar, ao contrário do ritual litúrgico, que era todo em latim.

O ritual religioso constava de cinco partes:

1º Vigília de armas

2º Missa

3º Deposição das armas no altar

4º Benção das armas e da espada

5º Sermão e *collée* (golpe de mão ou de espada)

A vigília de armas consistia em passar a noite inteira, de pé ou de joelhos, numa capela ou igreja, rezando e meditando na finalidade da cavalaria, isto é, na defesa de Cristo e de sua Igreja, pois Deus na História tem as mãos atadas e suplica que o defendamos.

Pela manhã, o cavaleiro, tendo se confessado, assistia a Missa e comungava. A seguir, as armas que ser-lhe-iam entregues, eram depositadas sobre o altar para que a pedra de sacrifício do Deus vivo transmitisse algo da Santidade de Deus à espada que, como a Cruz de Cristo era “feita de misericórdia e de justiça.” (Discurso de um general brasileiro, ao receber a espada em Brasília, em 1974).

O sacerdote, a seguir, benzia todas as armas e especialmente a espada. Quem a cingia, porém, no recebedor era outro cavaleiro.

O sacerdote dizia então as seguintes palavras: “Que o Deus verdadeiro te dê coragem”. Ou então “Se te dou essa espada, é sob a condição de que sejas o paladino do Senhor.” (L. Gautier ob cit pg. 290).

O tapa do *adoubement* era, por vezes, substituído já por 3 golpes de prancha de espada, no ombro. E a seguir o cavaleiro saía da Igreja para galopar e dar um golpe de lança, na quintana.

O Ritual Litúrgico

Há três textos para a “Benção do novo cavaleiro”:

- a) o *ordo vulgatus*
- b) o Pontifical de Guillaume de Briand
- c) o Pontifical vaticano

Conforme o Pontifical de Guillaume de Briand, a “sagração” do novo cavaleiro se realizava durante a Missa celebrada por um bispo. Logo após o gradual, é que se dava a benção da espada.

“Abençoaí esta espada, Senhor, afim de que vosso servo possa ser, doravante, contra a crueldade dos hereges e dos pagãos, o defensor das igrejas, das viúvas, dos órfãos e de todos os que servem a Deus”.

E o bispo acrescentava:

“Abençoaí esta espada, Senhor Santo, Pai todo poderoso, Deus eterno; abençoaí-a em nome do advento de Jesus Cristo e pelo dom do Espírito Santo consolador. E possa vosso servo, que tem vosso amor por principal armadura, possa espezinhar todos os teus inimigos visíveis e, senhor absoluto da vitória, possa permanecer sempre ao abrigo de todo ferimento”.

E em seguida o bispo recitava uma oração extraída de palavras do Antigo Testamento:

“Bendito seja o Senhor Deus que formou minhas mãos para o combate e meus dedos para a guerra. Ele é minha misericórdia. Ele é meu refúgio. Ele é meu Redentor”.

E depois:

Deus santo, Pai onipotente, Deus eterno, que sozinho ordenastes todas as coisas, e as dispusestes como é conveniente, é para que a justiça tenha aqui na terra um apoio, é para que o furor dos malditos tenha um freio, é por essas duas causas somente que, por uma disposição salutar Vós permitistes aos homens o uso da espada. É para a proteção do povo que desejastes a instituição da Cavalaria. A uma criança, a Davi, outrora, Vós destes a vitória sobre Golias. Vós tomastes pela mão Judas Macabeu, e lhe destes triunfo sobre todas as nações bárbaras que não invocaram vosso

nome. Pois bem, eis vosso servo, que curvou recentemente a fronte sob o jugo da condição militar: envia-lhe do alto do céu as forças e a valentia de que ele precisa para a defesa da justiça e da Verdade; dai-lhe o aumento da fé, da esperança e da caridade; dai-lhe o temor e o amor, a humildade e a perseverança, a obediência e a paciência. Disponde tudo nele, como é preciso, afim de que com esta espada ele jamais golpeie injustamente ninguém, e a fim de que ele defenda com ela tudo o que é justo, tudo o que é reto.

Marc Bloch cita outra oração desse ritual:

Sem dúvida, não é por acaso que a época na qual viveu esse santo *adoubé* [São Luis, Rei] deu nascimento à nobre oração que, recolhida no Pontifical de Guillaume Durand, oferece-nos como que o comentário litúrgico dos cavaleiros de pedra, erguidos pelos escultores, no portal de Chartres, ou no reverso da fachada de Reims: “Senhor Santíssimo, Pai onipotente,... Tu que permitistes, na terra, o emprego da espada para reprimir a malícia dos maus e defender a justiça; que, para a proteção do povo quisestes instituir a Ordem da Cavalaria... dispondo seu coração ao bem, faz com que teu servidor, que aqui está, jamais use desta espada, ou a de um outro, para prejudicar injustamente ninguém; mas que ele sempre se sirva da espada para defender a Justiça e o Direito. (Marc Bloch, *La Sociétés Féodale*, Albin Michel, Paris 1968, p. 444).

O bispo tomava então a espada que estava sobre o altar e a entregava ao cavaleiro dizendo-lhe: “Recebe esta espada, em Nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” e, pondo a espada na bainha, cingia com ela o cavaleiro, ajoelhado diante do altar, dizendo: “Sê cingido com a espada, ó poderosíssimo”.

O Cavaleiro, então, desembainhava a espada e, de pé, dava

golpes no ar, “enxugava” a espada do sangue dos inimigos e guardava-a então em sua bainha.

O Bispo e o Cavaleiro trocavam então o ósculo da paz, enquanto o Bispo lhe dizia:

“Sê um soldado pacífico, corajoso, fiel e devotado a Deus”, e batia levemente com a mão no rosto do cavaleiro.

Exclamava então o bispo em voz alta: “Desperta do mau sono e fica vigilante na honra e na fé de Cristo”.

Então outros cavaleiros colocavam-lhe as esporas e se fazia a benção solene da bandeira.

E o pontifical terminava com estas palavras:

His dictis, novus miles vadit in pace. (Com estas palavras, o novo Cavaleiro vá em paz).

E o novo guerreiro partia *in pace*. (L. Gautliier, *La Chevalerie*, pp. 301 a 303).

O que não queria dizer que não teria combates. Por isso, o poeta alemão Thomasin, escreveu:

“Não queira ter o mineter de Cavaleiro quem só quiser viver suavemente” (Apud Marc Bloch, *La Société Féodale*, ed. cit., p. 442).

No *ordo vulgatus romanus*, a cerimônia começa com a benção da bandeira. O bispo invoca a Deus, “verdadeira força dos triunfadores” afim de que este gonfalão seja “envolvido pelo nome de Deus”, e se torne terrível para os inimigos do povo cristão.

A seguir benzia-se a lança e a espada, invocando-se São Miguel, chefe da Cavalaria celestial, e os santos guerreiros do antigo Testamento.

“Recebe este gládio com a benção de Deus e possas pela virtude

do Espírito Santo repelir, com a ponta desta espada, todos os teus inimigos e todos os inimigos da Santa Igreja”.

Benzia-se o escudo e invocava-se para o novo cavaleiro a proteção dos santos guerreiros São Maurício, São Sebastião e São Jorge.

No pontifical vaticano, ao entregar a espada, o consagrante dizia:

Toma esta espada. Exerce com ela o vigor de justiça; abate com ela o poder da injustiça. Defende com ela a Igreja de Deus e seus fiéis. Dispersa com ela os inimigos de Cristo. O que está por terra, levanta-o. O que levantastes, conserva-o. O que é injusto aqui na terra, abate-o. O que é conforme a ordem, fortifica-o. É assim que, glorioso e altivo, unicamente pelo triunfo das virtudes, *justitiae cultor egregius*, chegarás ao Reino dos Céus, onde com Jesus Cristo de que trazes a marca, reinarás eternamente. (L. Gautier, *La Chevalerie*, pp. 304 a 306).

Desde o princípio dos *adoubements* ainda semibárbaros, se tinha a ideia de que o cavaleiro saía das fileiras dos homens comuns, do vulgo, e entrava num grupo especial. Num *ordus novus* – numa nova ordem, como se dizia na Idade Média. (Cfr. Marc Bloch, op. cit., p. 438).

Só mais tarde é que surgiram propriamente as Ordens de Cavalaria, com votos específicos.

Após a conquista de Jerusalém, fundou-se uma primeira Ordem de Cavalaria de caráter religioso: a dos Cavaleiros do Santo Sepulcro. Mais tarde, nasceram a Ordem dos Cavaleiros de São João, ou do Hospital de Jerusalém, que depois se tornou a Ordem dos Cavaleiros de Rodes, e em seguida dos Cavaleiros de Malta. No século XII, com São Bernardo, a pedido de Hugues de Payen, nasceu a famosa Ordem do Templo.

Na península ibérica, nasceram as ordens de São Thiago, de Alcântara, de Calatrava, e a Ordem de Cristo, que fez os grandes descobrimentos. Na Alemanha, ganhou renome a Ordem dos Cavaleiros de Santa Maria ou dos Cavaleiros Teutônicos.

Todas estas ordens visaram a defesa militar da cristandade atacada pelos infiéis e pelos pagãos, além de cuidar dos pobres e necessitados.

Estas eram Ordens monásticas militares, pois que seus membros faziam votos de pobreza, obediência e de castidade, e se sujeitavam a uma regra conventual, própria a cada ordem. Eram então monges-soldados.

Não é dessas ordens monásticas que trataremos, mas sim, apenas da Cavalaria, em sentido geral, contando seus costumes, seu heroísmo e sua grandeza.

0 Código da Cavalaria

Desde que alguém se tornasse cavaleiro, ficava obrigado a respeitar certas leis que o costume consagrara e que formavam o código da cavalaria.

Este código jamais foi escrito. Os historiadores o deduziram do exame da vida dos cavaleiros. Constava ele de 10 mandamentos que todo cavaleiro devia respeitar para ser digno de seu título.

1º Mandamento: Crerás em tudo quanto ensina a Igreja.

Para ser cavaleiro, era preciso ser católico. Os cavaleiros eram os soldados da fé. Nenhum herege ou infiel podia receber a espada de cavaleiro.

Quando São Luís, rei de França, estava preso no Egito com todo seu exército, morreu o sultão desse país. O sucessor dele, Turan Sha, que algumas crônicas árabes chamam de Almoadan, era um homem degenerado pelos vícios e incapaz de governar ou de lutar. Os mamelucos do Egito, entretanto, não

queriam entregar-lhe o poder e organizaram uma conspiração para matá-lo.

Em 2 de maio de 1250, após um banquete que Turan Sha ofereceu aos emires de seu exército, os Bahrides, repentinamente, invadiram sua tenda de sabres nas mãos. O primeiro que feriu o sultão foi o guerreiro Bibars, o vencedor da batalha de Mansurah, e que depois se tornará bem famoso. O sultão conseguiu aparar os primeiros golpes, sendo ferido apenas na mão.

Turan Sha se refugiou então numa torre que dominava o Nilo e nela se trancou. Do alto da torre, ele implorava aos mamelucos, que tentavam forçar a porta, que o poupassem e que ele lhes daria tudo o que tinha.

Clamava:

“Não quero mais o império, deixai-me retornar a Hisn Kaífa, ó Muçulmanos. Não há entre vós quem me defenderá e me salvará?”

Não conseguindo arrombar a porta da torre, os mamelucos, por fim, incendiaram-na. Turan Sha lançou-se do alto da torre e depois, correndo, se jogou no rio Nilo, na esperança de alcançar uma barca. Seus inimigos lançaram-lhe uma chuva de flechas. Para se salvar delas, o sultão mergulhou até o pescoço e, não suportando mais, voltou à margem do rio e suplicava que o deixassem partir para seu pequeno feudo de Diyarbekir.

Bibars, em resposta lhe deu um golpe de sabre que jogou o miserável Turan Sha de novo na água. Um segundo golpe de sabre lhe arrancou um braço.

O cadáver do sultão foi tirado do Nilo por meio de um arpão. As crônicas árabes contam que ele foi o sultão que morreu pelo fogo, pela água e pelo ferro. (Cfr. René Grousset, *Histoire des Croisades et du Royaume Franc de Jerusalem*,

Plon, Paris 1936, Vol. III, p. 487; Cfr. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. V, pp. 83/84).

A seguir os mamelucos, ébrios de sangue, começaram a matar os cristãos prisioneiros. Os gritos de dor e de ódio ecoavam por toda parte.

Foi então que o mameluco Oghotai ou Octai, com o sabre ensanguentando nas mãos, entrou na tenda onde estava preso São Luis.

Eis como as crônicas descrevem a cena:

“Ele veio até o rei, com sua mão toda ensanguentada, e lhe disse: ‘Que me darás por ter morto o teu inimigo?’

“E o Rei São Luis nada lhe respondeu.”

Oghotai podia pedir o que quisesse: terras, títulos, os 400.000 bizantinos de ouro fixado para resgate do rei dos francos...

Silêncio tão eloquente de heroísmo como os apelos guerreiros de pouco antes, silêncio real no qual a majestade do santo monarca esmaga com seu tranquilo desprezo a barbárie das hordas vitoriosas; serenidade diante dos regicidas, pela qual o rei franco se mostra ainda maior do que no campo de batalha (Joinville, *Crônicas*, 353, apud René Grousset, *Histoire des Croisades et du Royaume Franc de Jerusalem*, Plon, Paris 1936, Vol. III, p. 489).

Outro historiador conta que Octai encostou o sabre no peito do rei e ameaçou:

– Faze-me cavaleiro ou estás morto.

– Faze-te cristão e eu te farei cavaleiro, contestou-lhe São Luis.

Octai, depois de hesitar um instante, baixou o sabre e se retirou. (J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, Editora das Américas, São Paulo, ed. cit., Vol. V, pp. 87/88).

Oh! Admirável prestígio da Cavalaria! Oh! mais admirável intransigência de São Luis!

Tal era a admiração que os infiéis tinham pelo título de cavaleiro. Tal era a glória da Cavalaria. Tal era a intransigência de um cavaleiro-rei. Pois não se concedia o título de cavaleiro a quem não tivesse fé católica. E o que outrora os pagãos e infiéis admiravam na Igreja, hoje os católicos esqueceram ou repudiaram. E a intransigência católica era uma das causas da admiração dos infiéis.

Quando os cavaleiros assistiam Missa e chegava a leitura do Evangelho, em silêncio eles desembainhavam as espadas e as mantinham nuas e eretas diante do rosto, enquanto durasse a leitura sagrada. Esta altiva atitude queria dizer: se for preciso defender o Evangelho, nós estamos aqui. Neste gesto estava todo o espírito da Cavalaria. (L. Gautier, *La Chevalerie*, p.30).

Toda a vida do cavaleiro era impregnada pela fé. Seus hinos de guerra eram os cantos da Igreja. As tropas de São Luis partiram de Aigues-Mortes, em barcos engalanados, cantando o *Veni Creator*. E as senhas de guerra eram jaculatórias, e as contrassenhas responsórios litúrgicos. A vitória e a derrota vinham de Deus. Ele é que assistia os Cavaleiros em suas batalhas.

Em 1102, quando da invasão dos árabes fatimitas do Egito, comandados por Al Afdal. Depois de passarem por Ascalon, os maometanos foram em direção de Ramla.

O Rei Balduíno I já vencera os fatimitas do Egito na primeira batalha de Ramla, em 7 de setembro de 1101, quando com 260 cavaleiros e 900 infantas derrotara espetacularmente

a 200.000 maometanos. Antes da batalha, ele se dirigiu a seus poucos soldados, dizendo-lhes: “Se fordes mortos, tereis a coroa do martírio. Se fordes vencedores, tereis uma glória imortal. Quanto a querer fugir, será inútil: a França está muito longe”.

E prostrando-se diante da verdadeira Santa Cruz, o Rei Balduíno confessou publicamente seus pecados ao Bispo Gérard. Então atacou como um leão. O Bispo Gérard o seguia, levando a Santa Cruz. Com a Cruz, o Rei Balduíno I venceu. Em pouco tempo, o imenso exército fatimita foi completamente desbaratado.

Meses depois, em 17 de maio de 1102, numa segunda batalha, em Ramla, o Rei Balduíno cometeu um grande erro por presunção. Confiado excessivamente em sua vitória anterior, tendo apenas 200 Cavaleiros contra só 20.000 maometanos do Vizir Al Afdal, atacou os infiéis, sem levar consigo a Cruz de Cristo.

Foi um desastre.

(René Grousset, *Histoire des Croisades et du Royaume Franc de Jerusalem*, Plon, Paris, 1936, Vol. I, pp. 225 – 226).

Mas as crônicas antigas não atribuíram essa derrota à desproporção imensa entre os dois exércitos, mas sim ao fato de que pela primeira vez, depois de terem recuperado a Cruz do Salvador, os cruzados, confiando só em seu valor, tinham ido à batalha sem levar consigo a Cruz.

Deus e o cavaleiro combatiam juntos, mas Deus é quem dava a vitória. Por isso é que Santa Joana d’Arc respondeu ao Bispo que lhe perguntava porque queria ela soldados, se dizia que o próprio Deus ia libertar a França:

– “*Les gendarmes batailleront et Dieu donnera la victoire*” – “Os soldados combaterão, e Deus dará a Vitória”. (Léon Gautier, *La Chevalerie*, Arthaud, Paris, 1959, p.46).

Simão de Montfort, o vencedor de uma batalha inacreditável em Muret, onde com menos de 900 homens venceu 44.000 hereges, matando 15.000 deles em uma hora de combate apenas, e tendo pouquíssimas baixas, antes dessa batalha, colocando sua espada sobre o altar-mor da Igreja da Abadia de Boulbonne, rezou a seguinte oração:

Meu bom Senhor! Oh doce Jesus! Tu me escolheste, apesar de minha indignidade, para teus combates. É de teu altar que, hoje, recebo minhas armas, a fim de que no momento de dar batalha, eu receba de Ti os instrumentos do combate (Dominique Paladilhe, *Simon de Montfort et le Drame Cathare*, Perrin, Paris, 1988, p.214).

Tinha Simão de Montfort tal certeza da vitória sobre os 44.000 cátaros que os Bispos lhe perguntaram de onde tirava ele essa confiança. E Simão de Montfort, mostrando-lhes uma carta do Rei Pedro de Aragão a uma meretriz, convidando-a para vir assistir à batalha em Muret, disse-lhes:

“O que quero dizer é que Deus será minha ajuda, tanto que pouco temo um homem que vem, por causa de uma mulher, convulsionar o que Deus quer”

O Rei de Aragão ia combater por uma prostituta. Simão de Montfort ia combater por Deus. Os Bispos tremiam e clamavam de medo. Ele tinha certeza da vitória impossível (Dominique Paladilhe, *Simon de Montfort et le Drame Cathare*, Perrin, Paris, 1988, p. 220).

Como outrora, os judeus haviam vencido os madianitas ao grito de “Espada de Deus e de Gedeão” (Jz VII, 20), os cavaleiros sabiam que a vitória era fruto da graça de Deus com a colaboração do homem. A Igreja vencia com a espada de Deus e da Cavalaria. Eles tinham fé na ação do Deus dos Exércitos, que eles exaltavam na Missa ao repetir o coro das milícias celestes: *Sanctus, Sanctus, Sanctus, Dominus Deus*

Exercituum. E porque tinham fé, eram frequentes as aparições de anjos e de santos guerreiros a combater ao lado dos cavaleiros, nas batalhas das Cruzadas.

Lendas? Deus não faz tais milagres? Deus não atua na História?

Isso dizem os materialistas, que, tirando Deus da história, mutilam-na de seu principal agente.

Então o Deus de Gedeão e de Davi, o Deus que protegeu Judas Macabeu, na batalha, por meio de dois anjos que o cobriam com seus escudos de ouro, esse Deus perdeu o poder? Por acaso se lhe encurtou a mão, como indaga São Luis de Montfort?

Os cavaleiros acreditavam que Deus é sempre o mesmo, o Deus que os protegia continuamente e que estava com eles, velando providencialmente por seus guerreiros. Esta fé viva da presença e de proteção de Deus é que levava o Infante D. Henrique de Portugal a responder ao “Quem vem lá?” de um sentinela:

– “Deus, o apóstolo Santiago e o Infante D. Henrique”.

Porque um cavaleiro verdadeiro jamais estava só. Saint Beuve escreveu as seguintes palavras sobre esta fé viva, concreta e inocente dos cavaleiros medievais:

O céu estava aberto acima deles, povoado de figuras vivas, de patronos atentos e manifestos. O mais intrépido guerreiro caminhava nessa mistura habitual de temor, de confiança, como uma criancinha. (Saint Beuve, citado por G. Hubault, *Sobre o Ensino de História da França*, p.26, apud Léon Gautier, *La Chevalerie*, p. 34, nota 2, na edição original).

Um dia, na cruzada, prisioneiros turcos transportavam aos

ombros, numa padiola, ferido, o duque Roberto da Normandia. Na estrada, eles se encontraram com normandos aos quais o duque, depois dos cumprimentos ordenou: “Ide, ide dizer, na Normandia, que nunca se ouviu dizer uma coisa igual: um príncipe cristão levado aos céus por quatro demônios”.

Era esta fé que fazia D. Afonso Henriques gritar para Cristo crucificado que lhe apareceu nos céus, no alvorecer, antes de vencer os mouros na batalha de Ourique:

“Não a mim, Senhor, não a mim, que creio que podeis. Mas [aparece] a eles, Senhor, a eles que não creem”.

Quando, na primeira cruzada, os cristãos conquistaram Jerusalém, enquanto todos corriam para tomar posse dos ricos palácios, Godofredo de Bouillon, Duque de Lorena, descalçou suas sandálias para ir buscar o seu tesouro: a Cruz de Jesus Cristo, na Igreja do Santo Sepulcro. Esta era a riqueza para qual ele corria, de pés descalços, e glorioso. Ela o trouxera, no caminho da epopeia e da glória, da Lorena à Ásia. (J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. II, p. 24).

No dia seguinte, quando se tratou de eleger um rei para Jerusalém, o mesmo Godofredo de Bouillon foi o escolhido. Mas ele recusou o título e a coroa porque dizia: “não quero ser coroado de ouro, onde Cristo foi coroado de espinhos”. Ele aceitou apenas o título de barão e defensor do Santo Sepulcro. Assim era a fé dos cavaleiros, vassalos de Deus. (Pierre Aubé, *Godefroi de Bouillon*, Fayard, Paris, 1985, p. 292; J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. II, p. 35).

Dizia o ditado antigo: *Nul chevalier sans prouesse* (Não há cavaleiro sem proeza) e podemos acrescentar: *Nul prouesse sans Dieu* (Não há verdadeira proeza, sem Deus).

Como bem notou Léon Gautier, em sua obra sobre a Cavalaria, “a epopeia exclui o ateísmo”, e que “os homens

verdadeiramente épicos olham para o céu". (L. Gautier, *La Chevalerie*, ed. Original, p. 39).

E porque eles olhavam para o céu, eles rezavam muito, muito pediam e muito recebiam. Os cavaleiros normalmente assistiam a Missa todos os dias e comungavam com frequência.

A confissão também era frequente, e, quase nunca, os cavaleiros iam à batalha sem antes terem se confessado.

Na Chanson de Roland, se conta que antes da batalha de Roncesvalles, assim o arcebispo Turpin absolveu os franceses:

D'autre part est l'archevêque Turpin; Il pique son cheval, et monte sur une colline; Puis s'adresse aux Français, et leur fait ce sermon: Seigneurs barons, Charles nous a laissés, ici, c'est notre roi, notre devoir est de mourir pour lui. Chrétienté est en péril, maintenez-lá. Il est certain que vous aurez bataille; Car, sous vos yeux, voici les sarrasins. Or donc, battez votre coulepe, et demande à Dieu merci. Pour guérir vos ames, je' vais vous absoudre. Si vous mourez, vous serés tous martyrs; Dans le grand Paradis vos places sont toutes prêtes". Français descendent de cheval, s'agenouillent à terre, et l'Archevêque les bénit de par Dieu: "Pour votre pénitence, vous frapperez les paiens". (Chanson de Roland, XCV).

[Do outro lado, está o Arcebispo Turpin. Ele esporeia seu cavalo, depois se dirige aos francos e lhes faz este sermão: Senhores Barões, Carlos Magno nos deixou aqui. Ele é nosso Rei. Nosso dever é de morrer por ele. Cristandade está em perigo. Sustentai-a! É certo que tereis batalha. Porque a vossos olhos, eis os sarracenos. Ora, pois, batei no peito confessando vossas culpas, e pedi a Deus misericórdia. Para curar vossas almas, eu vou vos absolver. Se morrerdes, todos

vós sereis mártires. No grande paraíso, vossos lugares estão já prontos”. Os franceses descem de seus cavalos, ajoelham-se no chão, e o Arcebispo os abençoa em nome de Deus. “Por penitência, golpeareis os pagãos.”]

Assim eram os cavaleiros. Nas batalhas, eles se confessavam. Por penitência, batalhavam.

Era essa fé capaz de mover montanhas e mandar que elas se atirassem ao mar que lançou Portugal e Espanha às grandes navegações.

Foi a fé que lançou as caravelas ao oceano em busca de almas a conquistar. E nas velas douradas das caravelas, enfunadas aos ventos da epopeia, havia uma grande cruz de sangue. E bem diz um soneto que não era o vento e sim a Cruz que movia as caravelas.

Era essa a mesma Fé que era o fundamento de todas as demais virtudes dos cavaleiros: a humildade, a magnanimidade, a pureza e o amor à cruz.

Godofredo de Bouillon, modelo vivo do cavaleiro ideal, tinha uma alma imensamente grande porque humilde. Depois de conquistar a Palestina, manteve turcos e árabes em respeito. Um dia, alguns emires vieram submeter-se a ele e se admiravam de encontrar o grande conquistador do Oriente simplesmente sentado no chão sob sua tenda e não em um grande e rico trono. E Godofredo, Duque de Lorena, lhes explicou: “A terra de onde vim, e para onde hei de voltar, porque não pode ser ela para mim um trono durante a vida?” Porque Godofredo de Bouillon não estava sentado no chão, e sim sobre a Terra. O globo terrestre era o seu trono. Houve jamais soberano com um trono maior? (Pierre Aubé, *Godefroy de Bouillon*, Fayard, Paris 1985, p. 331; J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. Ll, p. 95).

Noutra ocasião, um emir lhe perguntou se era verdade que com um só golpe de espada ele cortava um homem ao meio, como

acontecera em Antioquia (Pierre Aubé, *Godefroy de Bouillon*, Fayard, Paris, 1985, p. 226). Godofredo respondeu que sim, e, para comprová-lo cortou a cabeça de um camelo, de um só golpe. O emir disse então que sua espada era encantada e Godofredo então fez vir outro animal cuja cabeça ele decepou com a espada do emir (J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. II, p. 95). E o grande cruzado explicava que, se tinha tanta força, era porque jamais suas mãos haviam pecado contra a pureza. Era a força de alma que gerava a força física. Era a pureza mais admirável que a força. É de se estranhar que ao morrer tão grande cavaleiro tenha sido sepultado aos pés do Calvário? Somente tão sagrado lugar poderia conter o corpo de tão grande homem. Ele jaz ali, sendo fiel, mesmo após a morte, a seu título de Barão e Defensor do Santo Sepulcro. (J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. II, p. 103).

2º Mandamento: Defenderás a Igreja

Chevaliers en ce monde ci

Ne peuvent vivre sans souci

Ils doivent le peuple défendre

Et leurs sang pour Ia foi répandre

(L.Gautier, *La Chevalerie*, p.46 da edição original, p. 39 da Edição Artgaud, Paris, 1959).

[Cavaleiros neste mundo aqui, não podem viver sem preocupações. Eles devem defender o povo, e pela Fé, derramar seu sangue].

O que se propunha aos cavaleiros, neste segundo mandamento do código da Cavalaria, era o martírio. A relação feudal estabelecia uma reciprocidade entre suserano e vassalo, de tal modo que o que um dava, o outro, de certo modo, também devia retribuir.

Ora, Deus, Barão dos cavaleiros, dera a sua vida pelos homens. Portanto, os cavaleiros, vassalos de Deus, deviam dar também sua vida por Ele. Daí a oração final de Pierre d' Auvergne ao morrer em combate contra os infiéis:

“Senhor Jesus, Vós morrestes por mim, e eu, também morro por Vós”.

Eles estavam, de certo modo, quites, porque ambos tinham feito o mesmo – dado a vida por amor – embora vidas infinitamente desiguais em valor.

O cavaleiro aspirava ao martírio. Para isso ele vivia: lutar e morrer por Deus.

Depois da batalha de Tiberíades (Hattin), Saladino vitorioso foi visitar os chefes cristãos prisioneiros, e vendo o Rei de Jerusalém Guy de Lusignan, coberto de pó, suor e sangue, deu-lhe um copo d'água. Entre os maometanos, este era um sinal de hospedagem que garantia a vida do “hóspede”. O Rei tomou um sorvo e passou imediatamente o copo para o cavaleiro mais próximo. Saladino protestou porque a esse cavaleiro, o criminoso e mentiroso Renaud de Chatillon, ele não queria dar hospedagem, porque não o queria manter vivo. Renaud de Chatillon era um ladrão e violador de tratados. Saladino tirou-lhe, pois, o copo e perguntou-lhe que faria ele se o tivesse a ele, Saladino, como prisioneiro. Renaud respondeu que:

“Se Deus me tivesse dado essa oportunidade, eu cortaria sua cabeça”. “Diante disso, Saladino foi tomado de terrível ira, e lhe disse: “Porco, você está em minha prisão e me contesta assim orgulhosamente. E, lançando-se sobre ele, com o sabre levantado, cortou-lhe o ombro. Os que estavam assistiam a cena acabaram com Renaud. O corpo decapitado foi arrastado aos pés de Guy de Lusignan” (...) “Depois da execução de Renaud, o

único exemplo de severidade de Saladino, se deu a execução dos cavaleiros do Hospital e dos Templários. Respeitando a vida dos Barões e cavaleiros leigos, que tratou com notável generosidade, como adversários infelizes, o sultão se mostrou impiedoso para com os cavaleiros-monges, que, tendo a guerra santa como regra de fundação, se comportavam como inimigos pessoais do islamismo. Saladino ordenou que massacrassem a todos. Pormenor que indica bem o caráter de guerra religiosa, ele confiou a execução deles aos santos personagens do Islam. O relato no *O Livro dos Dois Jardins* exala um abominável odor de matadouro devoto: “Havia no exército muçulmano um grupo de voluntários, pessoas de costumes piedosos e austeros, devotos sufis, homens de leis, sábios e iniciados no ascetismo e na intuição mística – [Nota: Isto é, na Gnose Shiita. OF]. Cada um deles pediu o favor de executar um prisioneiro, desembainhou seu sabre e arregaçou as mangas) (René Grousset, *Histoire des Croisades et du Royaume Franc de Jérusalem*, Plom, Paris, 1936, II volume, p. 798-799).

Durante o massacre se viu algo sublime: os cavaleiros, em vez de fugir da morte, disputavam entre si antecipando-se aos golpes, para morrendo antes, entrarem no céu, também antes.

Como é compreensível que Deus tenha premiado este zelo e heroísmo com um milagre: durante três dias e três noites, uma lua vinda do Céu iluminou os corpos dos mártires. (J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. II, p. 411).

Ilusões lendárias?

A luz da glória resplandecerá para sempre sobre eles. *Et lux perpetua luceat eis.*

Confessar a fé. Esta preocupação é que levou os cruzados alemães, perdidos no deserto e morrendo de sede, a estenderem-se no chão, formando uma grande cruz, para que assim seus cadáveres indicassem a fé pela qual haviam perecido. (J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. VI, p. 307).

“Devêssemos morrer, nós não seremos felões para com Deus” diziam os francos na Chanson de Roland (CXXIX).

Morrendo por Deus, os cavaleiros cumpriam a finalidade primeira de sua vocação. Era essa abnegação total, esse desejo de holocausto pela Igreja que levava o duque Roberto da Normandia a afirmar que dava mais valor aos sofrimentos por Jesus do que a melhor cidade de seu ducado. Era essa mesma abnegação por uma causa que se expressava no lema da estátua de Carlos V no Alcazar:

“Se eu cair, levanta primeiro meu estandarte”.

Talvez não haja exemplo mais belo de sede de martírio do que o dos portugueses de Macau, já na Idade Moderna. Não foi o heroísmo praticado por cavaleiros, mas sim o de um povo cavaleiro, de tal modo o espírito da cavalaria, que é o espírito da fé, impregnara o povo lusitano. Nesse caso, sentem-se as últimas lufadas do espírito épico da Cavalaria.

Depois da expulsão dos estrangeiros do Japão, houve lá uma terrível perseguição contra os nipônicos católicos. Dois milhões de mártires deram seu sangue para confessar que só a Igreja Católica é verdadeira.

Para impedir a continuação da pregação católica, foi feita uma lei que condenava à morte qualquer estrangeiro que desembarcasse no Japão.

A morte por causa da fé não foi um obstáculo, antes foi um incentivo para os sacerdotes portugueses de Macau, que continuaram a partir para as terras do Mikado, para fazer

missão e para lá morrer, se fosse o caso.

Tantos partiram, que o governo luso de Macau teve que fazer decretos proibindo severamente partir para o Japão.

Quem não temia a morte em meio as piores torturas, não ia temer decretos portugueses. As “fugas” de padres para o martírio no Japão não diminuíram, nem mesmo colocando-se soldados para guardar os portos. Bons tempos em que era preciso usar a força militar para conter o zelo dos padres e sua sede do martírio...

Afinal, o governador português decidiu enviar uma embaixada ao Japão para entabular negociações. Chegando às terras do Império do Sol Nascente, todos os membros da embaixada foram mortos, exceto um nativo que foi enviado de volta, para anunciar que aconteceria o mesmo a quem quer que desembarcasse no Japão.

Ao chegar a notícia do massacre da embaixada em Macau, todos os sinos repicaram festivamente, porque Portugal pensara enviar uma embaixada ao Japão, mas Deus a julgara tão digna que a convocara para o Céu.

Por isso os sinos repicavam festivos: era preciso honrar a entrada triunfal da embaixada de Portugal no Paraíso.

Já que o cavaleiro devia morrer pela fé, na cerimônia de armação de um cavaleiro o Bispo entregava a espada ao cavaleiro dizendo-lhe:

“Recebe esta espada, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, serve-te dela para tua defesa, para a defesa da Santa Igreja de Deus e para a confusão dos inimigos da Cruz de Cristo. Vai e lembra-te que os santos não conquistaram os reinos pelo gládio, mas pela fé” (L. Gautier, *La Chevalerie*, edição original, p. 47).

E aos cavaleiros dizia o arcebispo de Reims no poema de

Garin, le Loherain: “Cavaleiros, não esqueçais que Deus vos fez para serdes a muralha da Igreja”. (L. Gautier, *La Chevalerie*, edição original, p. 49).

Nos portais gigantescos das grandes catedrais góticas é comum encontrar a estátua de um cavaleiro que a guarda. Onde estava a Igreja aí estava o cavaleiro para defendê-la.

Ubi Ecclesia, ibi miles.

3º Mandamento: Respeitarás os fracos

Eram considerados fracos todos os que não podiam usar armas: mulheres, velhos, crianças, doentes, clérigos. Para os pagãos a força era um grande valor, e, por isso, sempre eles desprezaram os fracos. Foi a Igreja que ensinou o respeito pelos fracos. Foi ela quem criou na Idade Média o Hospital, e suscitou a dedicação para com os doentes. A Idade Média é, em certo sentido, a época dos fracos, a época do respeito à mulher, do respeito aos doentes, e, na vida internacional, do respeito aos estados e feudos minúsculos, que então podiam conviver ao lado dos grandes.

Este respeito pelos fracos a Igreja o apresentou gradualmente aos bárbaros. No início se lhes ensinou que não se devia perseguir os mais fracos, e depois que se os devia defender.

Carlos Magno ao morrer ordenou a seu filho:

“Diante dos pobres é preciso que te humilhes, é preciso que te faças pequeno. Tu lhes deve ajuda e conselho”. (L. Gautier, ob. cit. pg.53 da edição original).

São Luis, rei, lavava os pés de pobres e leprosos e servia à mesa a 200 pobres diariamente (J. B. Weiss, *História Universal*, edição La Educación, Barcelona, Vol. VI, p. 436). Toda uma Ordem de Cavalaria surgiu para cuidar dos doentes: era a Ordem dos Cavaleiros de São João, ou do Hospital.

Durante a paz, cuidavam dos feridos e doentes e se preparavam para a luta. Na guerra, combatiam com tal heroísmo que seu nome passou para a história como símbolo de bravura.

Quem não ouviu falar das façanhas dos cavaleiros de Rhodes ou dos cavaleiros de Malta? Eram eles os mesmos Cavaleiros do Hospital de Jerusalém, que, após a perda da Palestina, partiram para Rhodes, e depois para Malta. O grão-mestre dessa Ordem tinha o título de guarda dos pobres de Jesus Cristo, e os Cavaleiros do Hospital chamavam os pobres de nossos senhores. (J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. VII, p. 181).

O mestre da Ordem de São Lázaro, que tinha por fim cuidar dos leprosos, devia ser escolhido entre os próprios doentes. Assim os cavaleiros dessa ordem serviam aos leprosos, sob voto de obediência a um leproso. (J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. VII, p. 182).

Este é o equilíbrio da Igreja e do cavaleiro: o mesmo homem que lutava duramente, matava e feria, terminada a luta, se debruçava sobre o inimigo ferido, cuidava de suas chagas, talvez feitas com sua espada, e disputava sua alma ao Inferno, procurando convertê-lo e batizá-lo, antes que ele morresse.

Por isso tudo se dizia ao cavaleiro ao se lhe dar a espada:

“Sê o defensor e o campeão varonil das igrejas, das viúvas e dos órfãos”.

No Cavaleiro, a força servia a fraqueza.

4º Mandamento: Amarás o país em que nasceste

O cavaleiro devia amar o lugar em que nascera e eles amavam a pátria, ao mesmo tempo terna e ingenuamente, rude e poeticamente. Não era um amor vago e abstrato por uma pátria

desencarnada, mas o amor concreto e vivo por uma pátria real.

Amor concreto e poético que jorrava dos lábios dos cavaleiros em exclamações ingênuas e repassadas de ternura. Como não se comover com as repetidas e preocupadas exclamações de Roland, com relação à honra da França?

“Ah! À Dieu ne plaise que douce France soit deshonoré à cause de moi!”

“Ah! Deus não permita que a doce Franca seja desonrada por minha causa.”

Como não sorrir ao ver o conde de Flandres exclamar que a Palestina era muito feia? Ele quase chega a dizer que Nosso Senhor teria feito bem melhor se tivesse nascido no seu belo feudo de Flandres.

“Eu me admiro muito que Deus, o filho de Santa Maria, tenha podido morar num tal deserto. Ah! como eu prefiro o grande castelo de meu burgo de Arras!” (L. Gautier, *La Chevalerie*, edição original, p. 59)

E que dor inocente revela a exclamação de outro cavaleiro ao ser ferido mortalmente:

“Santa Maria, gloriosa donzela, não reverei jamais S. Quentin, nem Nesle!” (L. Gautier, *La Chevalerie*, ob. cit., p. 59).

No adeus de Guilherme de Orange, deixando a França se revela o mesmo amor concreto no rude simbolismo de seu gesto:

Em direção à doce França, ele se volta e um vento de França lhe toca o rosto; ele descobre o peito para que nele o vento entre em cheio. Colocado contra o vento, ele se põe de joelhos: “Oh doce sopro que vem da França! Lá estão todos os que amo. Eu te entrego nas mãos do Senhor Deus; porque por

mim, penso que não te verei mais. (L. Gautier, *La Chevalerie*, edição original, p. 64 – nota 4).

Esse amor concreto pela pátria era retribuído por ela, e era representado vivamente por meio de um simbolismo: a pátria era a esposa do cavaleiro, e quando ele morria a pátria ficava viúva.

“O Terre de France, vous êtes un bien doux pays, mais vous voilà veuve aujourd’hui de vos meilleurs barons.”

“O Terra da França, vós sois um bem doce país, mas eis que hoje sois viúva de vossos melhores barões” exclamou Roland ao ver os barões franceses mortos em Roncesvalles.

E quando esse grande cavaleiro morre, é toda a França que estremece, como a terra tremeu quando morreu Jesus Cristo.

Entretanto na França há uma miraculosa tormenta: tempestades, vento e trovão, chuva e granizo desmesuradamente, raios muitas vezes e a miúde, e (nada é mais verdade) um tremor de terra. Desde S. Michel du Peril até Saintes de Colonia, desde Besançon até o porto de Wissant, não há uma casa cujas paredes não se rachem. Ao meio dia, há grandes trevas; só se faz claro se o céu se abre; todos os que veem estes prodígios se espantam: ‘É a consumação do século’. ‘Não, não: eles não sabem, eles se enganam. É o luto pela morte de Roland’. (Chanson de Roland, CXIX).

5º Mandamento: Não recuarás diante do inimigo

É o grande mandamento da bravura. É o mandamento que proibia a covardia, a grande desonra.

“Mais vale morrer que covarde ser”, tal é o lema dos cavaleiros.

E Roland, na Chanson, amaldiçoa o covarde, dizendo:

“E que para sempre maldito seja, peito em que coração covarde lateja”. (Chanson de Roland, XCIII).

Os cavaleiros desprezavam a flecha, porque seu uso não exigia a coragem da espada. E o concílio de Latrão proibiu a arbaleta por ser demais homicida. (J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. ??? p. 383).

“Maldito seja o primeiro arqueiro. Ele foi covarde pois não ousava acercar-se do inimigo” (L. Gautier. *La Chevalerie*, p.67 – nota 2 na edição original).

Era essa bravura indômita que fazia os cavaleiros sonharem com a batalha e desejá-la.

Quando Olivier diz a Roland que os sarracenos se aproximam e que haverá batalha, Roland responde intrepidamente:

“Que Deus no-la dê... Dar grandes golpes, eis o dever de cada um afim de que não se nos ponha em derrisão. Os pagãos estão errados, o direito é dos cristãos. Não é de mim que virá jamais o mau exemplo” (Chanson de Roland, CLXXXV).

E quando ele reparou que o exército sarraceno era imenso e quanto eram poucos os cristãos, o heroico Roland exclamou:

“Tanto melhor. Meu ardor com isso aumenta, não permita Deus, nem os seus santos anjos, que França, por minha causa, perca valor. Antes a morte do que a desonra” (Chanson de Roland, XC, II).

Era para se preparar para tais bravuras que a regra dos Templários lhes permitia caçar. Mas a única caça permitida a eles era a de leões. E isto diz tudo.

O cavaleiro jurava nunca recuar por temor. Ele só podia evitar a luta, se o inimigo fosse quatro vezes mais numeroso. Vivien, armado cavaleiro por Guilherme de Orange, ao receber a espada diz:

“Eu faço o voto, bom conde, de nunca recuar um passo diante dos sarracenos” (L. Gautier, *La Chevalerie*, edição original, p. 258).

As cruzadas estão repletas de exemplos de lutas de pequenos grupos de cavaleiros contra exércitos imensamente mais numerosos. Até um mau cavaleiro como Renaud de Chatillon, censurando outro cruzado por opinar que se devia evitar a batalha com os muçulmanos porque eram mais numerosos, argumentou que a quantidade da madeira não muda a natureza do fogo, assim também o número de inimigos não modifica a natureza do combate. (J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. II, p. 402).

Conta-se ainda a história do senhor de Edessa, Jocelin de Courtenay, que estando à morte, enviou seu filho para enfrentar os maometanos. Quando seu filho, Jocelin, o Jovem, recusou combater, alegando que os infiéis eram muito superiores em número, Jocelin se faz transportar em padiola até o local do combate. E os maometanos, ao ouvir dizer que o velho barão estava chegando, fugiram sem lutar, permitindo ao nobre cavaleiro uma última glória antes da morte.

Agonizante, o velho Jocelin fez a seguinte ação de graças a Deus por essa vitória, sem combate, obtida apenas por sua fama:

Bieau Sire Dieu, je vous rend grâces et merciz teles com je puis de ce que tant m'avez onnoré encest siècle. Noméement à ma fin m'avez esté si piteus et si larges que vos avez voulu que de moi, qui sui demi morz tous contrez [impotente] et charogne qui ne se peut aidier ont eu mi ennemi tel peor qu'il ne m'ôsèrent atendre en champ, einçois s'en sont foiz por ma venue. Biau Sire Dieu, je connois bien que tout ce vient de vostre bonté et de vostre courtoisie.

Quant il ot ce dit, si secommanda de mout bon cuer à Dieu et tantost s'en partit lá âme. Si mourut iluec en milieu de

seus genz.

Deixamos em velho francês, esse saboroso texto do qual damos agora a tradução:

“Bom Senhor Deus, eu vos dou graças e agradecimento tal como posso porque me honrastes neste mundo. Nomeadamente por meu final de vida no qual me fostes tão misericordioso e tão generoso que quisestes que, de mim, que estou já meio morto e completamente impotente e cadavérico, tal que não posso me ajudar a mim mesmo, meus inimigos tiveram tal medo de mim que eles não ousaram me aguardar no campo de batalha, de tal modo que eles fugiram quando de minha chegada. Bom Senhor Deus, eu sei bem que tudo isso vem de vossa bondade e de vossa cortesia.

“Quando ele terminou de dizer isso, ele se recomendou de todo seu coração a Deus e logo partiu sua alma. Assim morreu aquele no meio de seus vassallos” (Guillaume de Tyr, 610, apud René Grousset, *Histoire des Croisades et du Royaume Franc de Jérusalem*, Plon, Paris, 1936, Vol. II, p. 7 e 8).

Os inimigos não se contam, se combatem.

Na batalha de Antioquia, a ação de Deus foi tão visível que até os turcos a reconheceram. Foi na primeira cruzada. Os cristãos haviam cercado Antioquia desde outubro de 1097, e, durante sete meses, lutaram sem lograr tomá-la.

A cidade tinha 12 km de muralhas de 2 metros de espessura, e 360 torres de defesa (Pierre Aubé, *Godefroy de Bouillon*, Fayard, Paris, 1985, p. 214).

Os turcos haviam talado os campos e entulhado as cisternas. Quando afinal os cruzados venceram e massacraram os turcos, em maio de 1098, foi uma cidade faminta e sem recursos que eles conquistaram.

Pior ainda. Logo depois, um grande exército turco de

centenas de milhares de homens, comandado por Kerbogá, Emir de Mossul, cercou os cristãos em sua própria conquista. O exército da Cruz tentou uma sortida, mas foi vencido e obrigado a retornar ao abrigo das muralhas.

Os turcos resolveram vencê-los pela fome. Eles não atacaram, esperando apenas os efeitos fatais do longo sítio.

Em Antioquia, os cristãos definhavam. Comeram-se até os cavalos de guerra. Havia cruzados que comiam o couro dos seus escudos e dos cinturões. Muitos tentavam fugir, mas eram aprisionados pelos turcos. Outros, desesperados, fechavam-se nas casas, esperando a morte. Milhares de cruzados morreram, assim, de fome e inanição.

Finalmente, desesperados nas vésperas da vitória, muitos senhores desertaram. Chamaram-nos de “funâmbulos”.

“Sempre em todos os grandes combates da História, desertores há, na véspera da vitória”.

Foi então que um clérigo teve um sonho miraculoso no qual Santo André mandava os cruzados cavarem atrás do altar da Igreja de São Pedro de Antioquia e que lá encontrariam a ponta de lança que transpassara o Coração Sagrado de Jesus, no Calvário. Caso venerassem essa lança, os cruzados obteriam perdão e vitória.

Quando o monge narrou o sonho que tivera, os cruzados apressaram-se em procurar a lança, numa primeira escavação, nada encontraram. Prosseguiram, porém, sem desânimo, até acharem uma velha lança enferrujada. Mais tarde, como alguns levantassem dúvidas sobre a autenticidade da relíquia, o monge se prontificou a passar pelo juízo de Deus, atravessando num lance uma imensa fogueira. Ele fez isto e nada lhe aconteceu. (O Papa Bento XIV declarou não autêntica essa relíquia. Cfr. Pierre Aubé, *Godefroy de Bouillon*, Fayard, Paris, 1985, p. 237, nota 1).

Os cruzados veneraram essa, julgada por eles, lança miraculosa, relíquia maravilhosa do Calvário. Logo o favor de Deus se manifestou a eles, premiando sua fé ingênua e sincera: eles encontraram víveres na própria cidade, o que era verdadeiro milagre, após tantos meses de fome. Todos se arrependeram e se confessaram.

Estavam fracos, mas prontos para a luta. Enviaram logo um embaixador aos turcos intimando-os a se retirarem de Antioquia imediatamente, caso contrário todos seriam mortos. O generalíssimo turco, Kerbogá, não sabia se ria ou se se indignava ante aquela audácia, ante aquele “cristão atrevimento” daqueles homens magérrimos, em suas folgadas armaduras.

Dias depois, travou-se a batalha.

Todos os cristãos comungaram naquele dia. Os turcos cobriam os montes esperando-os para o massacre, logo uma chuvinha fina caiu refrescando os cristãos, e o vento se lhes tornou favorável. Viram nisso sinais do favor de Deus. Uma hora depois, os cem mil famintos – um exército de espectros, diz René Grousset (Cfr. Ob cit. p.239) – haviam feito fugir centenas de milhares de turcos, sem contar que ficaram no terreno cem mil cadáveres dos maometanos. A vitória foi tão milagrosa que trezentos turcos se entregaram e pediram o batismo. Isso ocorreu em 28 de junho de 1098. (J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. II, p. 332 e ss.).

Não recuarás diante do inimigo...

Como cumpriu bem este mandamento Simão de Montfort que, com menos de novecentos homens, dos quais cerca de 250 cavaleiros, enfrentou e venceu 44.000 cátaros (quatro mil cavaleiros e quarenta mil infantes cátaros, e seus aliados), na batalha de Muret, uma das batalhas mais espetaculares da história. Parece uma batalha de lenda. Foi uma batalha

histórica no sentido mais atual da palavra.

Isso aconteceu numa quinta-feira, 12 de setembro de 1213.

Antes que os cruzados partissem contra os cátaros, “Foulques, o Bispo de Toulouse – [o antigo trovador Foulques de Marselha] –, apareceu com a mitra sobre a cabeça e o crucifixo na mão, todos então se apearam de seus cavalos para ir abraçá-lo. Temendo que eles perdessem um tempo precioso, o Bispo de Comminges, interrompeu a cerimônia, abençoou a todos com um largo gesto dizendo: “Ide em nome de Jesus Cristo, quem quer que cair neste glorioso combate, recebera imediatamente a recompensa eterna e a glória do martírio. Contanto que esteja arrependido e confessado seus pecados” (Dominique Paladilhe, *Simon de Montfort et le Drame Cathare*, Perrin, Paris, 1988, p. 222).

A um cavaleiro, que admirado e alegre lhe pedia, antes da batalha, que se contassem quantos eles eram, respondeu Simão de Montfort:

“Pas Ia peine. Nous sommes em nombre sufisant, avec Dieu, pour les vaincre”. “Não vale a pena, nós somos em número suficiente para, com a ajuda de Deus, vencê-los” (Dominique Paladilhe, *Simon de Montfort et le Drame Cathare*, Perrin, Paris, 1988, p. 221).

E os venceu.

O combate durou apenas uma hora. Logo morreu o chefe dos hereges, o Rei Pedro II de Aragão. Os soldados de Simão de Montfort mataram 15.000 cátaros, e tiveram bem poucos mortos (Michel de Roquebert, *L'Épopée Cathare, 1213-1216, Muret ou la Dépossession*, Privat, Toulouse, Vol. II, p. 222).

Em Ascalon, na primeira cruzada, vinte mil cristãos venceram trezentos mil muçulmanos do Egito com a maior facilidade. (J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. II, p.50).

Talvez nenhuma glória seja maior do que a do Rei Balduíno IV, o Rei leproso de Jerusalém, que, com 580 homens, venceu o exército de Saladino, cujo contingente foi estimado entre 60 a 100.000 homens. Essa batalha única entre um punhado de homens chefiados por um Rei leproso contra o enorme exército de Saladino, um muito talentoso e valente chefe maometano, foi um milagre do céu recompensando um Rei fiel, disposto a morrer pela Fé.

Isso aconteceu em Montgisard (em árabe, Tell el Gézer), na Palestina, em 25 de novembro de 1177.

O combate começou depois do meio dia, quando a pequena tropa do rei leproso atacou Saladino, surpreendendo-o. O Bispo de Belém ia no meio da pequena tropa erguendo a verdadeira Cruz de Cristo. Vendo o imenso exército de Saladino, o punhado de guerreiros francos, liderados por um rei doente esgotado, pediram perdão mutuamente de seus pecados e se deram a paz.

O primeiro ataque foi executado por Balduíno, senhor de Ramla. Depois o próprio Rei lançou-se ao ataque. O punhado de francos desapareceu em meio à multidão dos soldados infiéis. Dou a palavra a um historiador moderno insuspeito de fanatismo, pois está sempre pronto a afirmar sua tendência naturalista:

Os cavaleiros francos redobravam de ardor e reencontravam a Fé que havia animado os Cruzados seus antepassados. Tanto mais que, pela primeira vez desde muito tempo, eles tiveram sinais sensíveis da bondade divina. Viu-se a Verdadeira Cruz, símbolo tutelar, elevar-se ao céu e estender seus braços protetores acima da confusão dos guerreiros. 'Há muitos sargentos [soldados que combatiam a pé] e cavaleiros que estavam nessa batalha que disseram que viram a Santa Cruz, na batalha, estava tão alta que ela subia até o céu'. São Jorge, patrono dos cavaleiros e da terra na

qual eles estavam combatendo, e do qual os francos veneravam o túmulo na cripta da catedral de Lydda profanada pelos soldados de Yvelin, trouxe-lhes seu apoio e terçou armas ao lado deles. 'Alguns cavaleiros sarracenos prisioneiros pediram aos cristãos que os haviam capturado quem era esse cavaleiro de armas brancas que matara tantos deles nesse dia, e eles respondiam que julgavam que era o santo do qual eles tinham danificado a igreja no dia anterior' os próprios elementos da natureza foram favoráveis aos cruzados, a se crer no testemunho de Miguel, o sírio: 'Cristo Deus, nosso Rei bendito, suscitou contra os muçulmanos um vento violento que os precipitava de seus cavalos, sem socorro de seus braços e lanças. Então os francos, compreendendo que o Senhor havia aceito o seu arrependimento, tomaram coragem, enquanto os turcos viraram brida e fugiam. Os francos os perseguiram, matando e massacrando-os durante todo o dia' (Pierre Aubé, *Baudouin IV, Roi de Jérusalem, Le Roi Lépreux*, Perrin, Paris, 1981, pp. 165-166).

O desastre de Saladino foi total. Ele só escapou vivo por grande sorte, com poucos soldados, tendo que dar grande volta pelo deserto do norte da Arábia, para conseguir voltar ao Egito.

Montgisard foi uma das maiores glórias da Cristandade.

Há uma quantidade enorme de exemplos de cavaleiros que combateram sozinhos contra um número superior de inimigos.

Na primeira cruzada, Tancredo, um dia, estando só com seu escudeiro, encontrou-se com vários maometanos. Os que não fugiram, morreram. Findo o combate, esse cavaleiro heroico fez seu escudeiro jurar que não contaria a ninguém o seu feito glorioso, enquanto ele estivesse vivo. A Cavalaria praticou uma virtude nova entre os guerreiros: o pudor da

glória. (J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. I, pg. 262).

Esse mesmo Tancredo repetiu essa proeza no cerco de Jerusalém. Ele viera de Belém na vanguarda dos cruzados e perseguira os mulçumanos até as muralhas de Jerusalém. Depois, sozinho, retirou-se para o monte das Oliveiras, para orar onde os apóstolos haviam dormido. Era um fim de tarde e Jerusalém estava a seus pés. Cinco infiéis vendo aquele cavaleiro só saíram da cidade santa para atacá-lo. Tancredo vigiava e orava, e por isto evitou a luta. Logo três dos seus atacantes estavam mortos e os outros dois fugiram.

Sem apressar ou diminuir a marcha, Tancredo foi em seguida reunir-se ao grosso do exército que, no seu entusiasmo, avançava sem ordem e se aproximava da Cidade Santa, cantando as palavras de Isaías: 'Jerusalém, ergue os olhos e vê o libertador que vem quebrar teus grilhões.' (J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. cit., Vol. I, pg. 383).

Que exemplo melhor pode ser encontrado para ilustrar esse mandamento do que as ações de Cortês no México e de Pizarro no Peru?

Contra os astecas, que eram incontáveis, Cortês tinha cerca de 400 homens. Seus estandartes traziam a Cruz e seu lema era "Com este sinal venceremos, se formos fiéis".

Quando ele entrou no México após aprisionar Montezuma, tendo apenas um punhado de soldados em meio a uma cidade imensa e hostil, ele exigiu que o soberano asteca lhe entregasse a grande pirâmide do México, o templo do deus principal dos astecas, Huitzilopotchli, porque não era justo que o Deus verdadeiro fosse louvado ocultamente, enquanto um demônio era venerado publicamente. E os astecas foram obrigados a ceder. E no alto do grande Teocali, a imagem da Virgem Maria triunfou, pela primeira vez, na América.

Esse era o tempo em que ainda havia São Pio V, um facho ardente em Trento, havia São Pedro de Alcântara, Santa Tereza e Torquemada, e lá, no grande Teocali, a Virgem triunfante, e Cortês com a espada.

E como não admirar Pizarro – tão censurável em tantas outras ações – que com cento e setenta homens enfrentou e venceu vinte mil incas de Atauvalpa? Como não admirar sua intransigência e sua combatividade ao vê-lo à frente de seus cento e setenta homens, esperando o resultado da tentativa de apostolado de um missionário junto ao imperador inca. Na mão, Pizarro tinha uma faixa branca. O sacudir a faixa seria o sinal da batalha.

O missionário falou longamente com o inca narrando-lhe a vida de Jesus Cristo. O imperador dos incas afinal cheirou o livro do Evangelho, jogou-o à distância, dizendo que não queria saber de um Deus que morrera crucificado. O padre voltou para Pizarro dizendo-lhe:

– Ele blasfemou.

E Pizarro sacudiu a faixa. E o Peru ficou católico. (J. B. Weiss, *História Universal*, Vol. IX, pg. 103).

6º Mandamento: Farás ao infiel guerra sem trégua e sem mercê

Para compreender este mandamento, é preciso lembrar que Deus estabeleceu uma guerra total entre os bons e os maus, na História.

Foi na tarde triste em que Adão e Eva foram expulsos do Paraíso Terrestre, que, ao amaldiçoar a serpente, Deus disse:

“Porei inimizades entre ti e a mulher, entre tua raça e a dela. Tu lhe armarás ciladas ao calcanhar e Ela mesma te esmagará a cabeça”, (Gen. III, 15).

Há, pois, na História um ódio inquebrantável entre os filhos

do demônio e os filhos de Nossa Senhora, e nessa guerra não pode haver trégua nem mercê. Nessa guerra toda conciliação equivale à traição. A história, pois, é uma Grande Cruzada. É natural, então, que os cavaleiros cruzados tivessem o mandamento de combater todos os inimigos da Fé.

Quando, na primeira cruzada, os cruzados cercaram Antioquia, ocupada pelos turcos, os árabes do Egito vieram oferecer aliança ou a guerra, aos cristãos. No conselho dos chefes, chegou a ser debatida a oferta de aliança dos árabes. Foi então que um cavaleiro, levantando-se, perguntou como era possível esta aliança. Então ver-se-ia o estandarte de Cristo misturado com os estandartes infiéis? E os guerreiros de Deus lutariam, lado a lado, com os soldados de Lúcifer? E concluía dizendo aos embaixadores árabes que os cristãos diante de Antioquia fariam guerra aos turcos, e aos árabes também, pois os cristãos “só se podiam aliar com as potências que respeitam as leis e a justiça das bandeiras de Jesus Cristo” (J. F. Michaud, História das Cruzadas, ed. cit., Vol. I, p. 275).

Quando, na terceira cruzada, o sultão de Icônio ofereceu passagem aos cruzados alemães de Frederico Barbarruiva, em troca de três mil peças de ouro, este lhe mandou dizer:

“Não tenho o costume de comprar meu caminho com ouro, mas de abri-lo com o ferro, e com o auxílio de N. S. Jesus Cristo, de quem somos soldados”, (J. F. Michaud, História das Cruzadas, ed. cit., Vol. lII, p. 36).

E diante das muralhas de Jerusalém que pareciam inconquistáveis, nos longos dias de sítio, nas longas horas de espera, horas de calor, de sede e de tentação, os cruzados se arrastavam até os muros da cidade santa, e, beijando-as, renovavam seu juramento:

“Jerusalém, recebe nosso último suspiro, que tuas muralhas caiam sobre nós e que a santa poeira que te rodeia cubra

nossos ossos". (J. F. Michaud, História das Cruzadas, ed.. cit., Vol. I, p. 391).

E quando Maomé II exigiu tributo dos cavaleiros de Rhodes, eles lhes responderam:

"Devemos a soberania de Rhodes somente a Deus, e às nossas espadas. Nosso dever é ser inimigo, e não tributários dos maometanos". (J. F. Michaud, História das Cruzadas, ed.. cit., Vol. VI, pp. 133/134).

Tempos tão diferentes do ecumenismo do Concílio Vaticano II!...

De tal modo os cavaleiros amavam a luta por Deus que se preocupavam com o fato de que os turcos não iriam para o céu, e que assim o céu seria muito monótono. E diziam, numa "teologia" canhestra, que Deus seria bem bom, que deixaria alguns turcos irem para o céu, para que eles pudessem, também lá, – até no céu–, combater peIo Deus da glória.

Até os hindus bem compreenderam este aspecto épico da alma católica, pois que, quando o grande Afonso d'Albuquerque morreu, comentaram eles que se Deus o convocara, é porque devia haver guerra no céu... (Afonso de Albuquerque, Elaine Sanceau – pg. 383).

Intransigência e combatividade e não ecumenismo e pacifismo eram as características católicas dos heroicos cavaleiros.

Durante o cerco de Tolemaida, na terceira cruzada, entre os soldados cristãos que procuravam tapar o fosso da cidade com pedras e outros objetos, havia uma mulher. Em meio ao trabalho, ela foi ferida mortalmente por um dardo. Ao marido que a socorreu, ela pediu que seu cadáver fosse lançado ao fosso, porque, ainda depois da morte, ela queria participar da luta e da vitória. (J. F. Michaud, História das Cruzadas, ed.. cit., Vol. VI, p. 329).

Quando do cerco de Arsur, por Godofredo de Bouillon, na primeira cruzada, os turcos penduraram num madeiro, no alto das muralhas um cavaleiro chamado Gerard d' Avesnes. Caso os cruzados atacassem, as primeiras flechas matariam o cruzado crucificado. No suplício, esse cavaleiro chorava e implorava que o poupassem. O exército cristão parou, ao longe, hesitante. Godofredo de Bouillon aproximou-se, então, e disse ao crucificado, que ainda que o próprio irmão dele, Godofredo, estivesse na cruz, ele atacaria, porque era preciso recuperar essa cidade para Jesus Cristo. Incitou então ao cavaleiro que morresse com a grandeza própria de um soldado de Cristo, e de um herói da fé. Gerard d'Avesnes, arrependido e fortalecido, se recompôs, e respondeu que deixava um cavalo de guerra e uma espada. Que ficassem para o Santo Sepulcro. Assim, mesmo após a morte, algo dele continuaria a lutar por Nosso Senhor.

A batalha começou e Arsur não caiu. Mas os maometanos, admirados do valor de Godofredo e de Gerard d'Avesnes, pouparam o supliciado e, tempos depois, libertaram esse prisioneiro.

Até os muçulmanos eram capazes de admirar a grandeza católica. É preciso que o século XXI esteja bem baixo e bem nas trevas, para não ser iluminado ou não ver tão grande luz, (J. F. Michaud, História das Cruzadas, ed.. cit., Vol. II, p. 93).

7º Mandamento: Cumprirás exatamente teus deveres feudais se não forem contrários à lei de Deus

Os historiadores revolucionários apresentam os vassallos medievais como explorados e esmagados por seus senhores, que eles odiavam. Ora, a luta de classes é um mito, e a verdade é que senhores e vassallos se amavam mutuamente.

São inúmeros os casos de dedicação total dos vassallos a seus senhores e vice-versa. A felonias, isto é, a traição ao

juramento feudal, era considerada então um dos piores crimes e dos que trazia maior desonra.

Quando São Luis foi lutar no Egito, por culpa da audácia do irmão do rei, o Conde Robert de Artois, o exército cruzado sofreu uma grande derrota, em Mansurah. Pior ainda, uma epidemia grassou no exército em retirada. O Rei São Luis ficou doente, e quase não podia cavalgar. Afinal, estando a ponto de morrer, ele se refugiou na aldeia de Minieh, enquanto um cavaleiro, Gaucher de Châtillon, guardava a rua, sozinho.

Quando os infiéis se aproximavam, ele galopava para eles, atacando-os com fúria tal, que os punha em fuga. Châtillon voltava, então para a frente da casa onde estava o Rei, e arrancava as flechas que se tinham cravado em sua couraça ou em seu corpo. Retornando os árabes, ele voltava à carga, gritando: "À Châtillon Cavaleiros, à Châtillon. Onde estão os meus valentes". Mas só acorriam muçulmanos, e não cristãos. Châtillon, porém, não fugia.

Por fim ele caiu morto, coberto de flechas e transpassado de golpes. Um guerreiro maometano contava que matara o mais bravo dos cristãos. E mostrava a espada do herói morto, como prova de sua proeza. (J. F. Michaud, História das Cruzadas, ed.. cit., Vol. V, pp.61-62. René Grousset, Histoire des Croisades et du Royaume Franc de Jérusalem, Plon, Paris, 1934, Vol. III, p 482).

A mesma lealdade feudal pode ser admirada em Guillaume de Pratelle. Quando, um dia, Ricardo Coração de Leão foi surpreendido com um pequeno número de homens pelos muçulmanos, e estando prestes a cair prisioneiro, Guillaume de Pratelle, cavaleiro do séquito do rei, gritou, em árabe, que ele era o Rei, para atrair os inimigos sobre si, e possibilitou assim a fuga de seu soberano.

Noutra ocasião, foi esse mesmo Rei inglês que deu prova de

que a mesma lealdade unia os suseranos aos vassallos.

Sabendo ele que um grupo dos templários com o conde de Leicester caíra numa emboscada, correu em seu socorro com um tão pequeno número de soldados, que quiseram impedi-lo, dizendo-lhe que ia para uma morte certa, mas a eles respondeu o rei:

“Quando todos esses guerreiros alistaram-se no exército do qual eu sou o chefe, eu lhes prometi jamais abandoná-los; se eles encontrarem a morte, por não serem auxiliados, seria eu digno de comandá-los, e poderia ainda ter o título de Rei?”, (J. F. Michaud, História das Cruzadas, ed. cit., Vol.III, p. 139).

“Não! Eu não seria digno de ser rei, se eu não soubesse desprezar a morte, para defender aqueles que me seguiram na guerra”. (J. F. Michaud, História das Cruzadas, ed. cit., Vol. VI, p. 270).

E que exemplo melhor de lealdade do que a de Guzman, o bom, governador de Tarifa?

Os mouros e traidores haviam aprisionado seu filho e o levaram ante as muralhas de Tarifa, intimando que Guzman entregasse a cidade caso contrário matariam seu filho. E, fiel a seu dever, Guzman lançou seu punhal para os infiéis gritando-lhes:

“Então matem-no com este punhal, porque é de aço cristão, e leal”.

Lendas..., dirá alguém.

Pois não foi o mesmo heroísmo que se viu no famoso diálogo entre o coronel Moscardó e os comunistas, no cerco do Alcázar de Toledo em 1936 na guerra civil espanhola?

Os comunistas haviam capturado o filho do comandante do Alcázar, e telefonaram-lhe propondo-lhe a troca da fortaleza

pela vida de seu filho. As palavras trocadas entre o Coronel Moscardó e o Comandante comunista, o Coronel Rojo, estão gravadas, no mármore, nas paredes do Alcázar:

– “O senhor é responsável por todos os crimes e tudo o que está acontecendo em Toledo. Dou-lhe dez minutos para se render. Do contrário, fuzilarei seu filho Luís, que está aqui ao meu lado”.

– “Acredito” – disse Moscardo.

– “Para que saiba que digo a verdade – continuou o comunista – ele vai falar!”

– “Papai!” Gritou Luís ao telefone.

– “Que é, meu filho?”

– “Nada. Eles dizem, que me matarão se o Alcázar não se render. Mas não se preocupe comigo”.

– “Se for verdade – replicou Moscardo – encomende sua alma a Deus, grite “Viva a Espanha!” e morra como um herói. Adeus, meu filho. Um beijo”.

– “Adeus, pai. Um beijo grande para o senhor também”.

Quando o coronel comunista voltou ao telefone, disse-lhe Moscardó:

– “Pode esquecer o prazo que me deu. O Alcazar nunca se renderá!”.

E desligou o telefone.

8 º Mandamento: Não mentirás e serás fiel a palavra dada

O cavaleiro, como toda a Idade Media, era extremamente respeitoso da verdade, e tinha horror à mentira.

Conta-se num poema que Roland dizia a um persa:

“Amigo, guarda-te de mentir, porque a mentira é um pecado que muito faz chorar”. “Amis, li dit Roland, gart-toi de mentir. Gar ci est une tache que moult fait repentir”. (Léon Gautier, *La Chevalerie*, pg. 79 da edição original, e p.49 da edição Arthaud de 1959)

O horror à mentira jorrava na exclamação raivosa contra o mentiroso.

“Tu as menti par ta gorge”

E na oração de Duguesclin ao rei São Luis dizia ele:

“Preux, que mantínheis vossa palavra mesmo aos infiéis, não permitais que jamais a mentira passe por minha garganta”.

Os cavaleiros preferiam à morte do que a desonra. E esse é um verso que se repete na *Chanson de Roland*.

“Plutot Ia mort que le deshonneur”.(Antes a morte do que a desonra).

“Não se podia fazer mais cruel injúria a um cavaleiro do que considerá-lo suspeito de traição e de mentira” (J. F. Michaud, *História das Cruzadas*, ed. Cit.Vol. VII, p. 178).

Quando eram aprisionados, os cavaleiros não gostavam de dar palavra de honra de que não fugiriam, pois que de prisões de ferro era possível escapar, mas da prisão da palavra, jamais.

O rei João II, o Bom, aprisionado pelos ingleses durante a Guerra dos Cem Anos, só pôde voltar à França, pagando parte de seu resgate e prometendo, sob palavra, outras condições. Mais tarde, porém, não podendo cumpri-las, o Rei de França espontaneamente partiu para a Inglaterra, para entregar-se de novo prisioneiro, a fim de que sua palavra fosse mantida. (Lavisse e Rarnbaud, *Histoire Generale*, Vol. III, pg. 99,). (Juan Bautista Weiss, *História Universal*, ed. cit., Vol. VII, pg. 523).

Quando São Luis prisioneiro chegou a um acordo com os mamelucos para sua libertação e a de seu exército, os maometanos propuseram-lhe um juramento indigno e blasfemo, como garantia de sua palavra. São Luis recusou, dizendo que bastava sua palavra, e que um rei jurar que cumpriria um tratado que fizera era indigno da majestade real. Em vão, se tentou demover o santo Rei dessa resolução. Em vão se lhe fizeram ameaças de morte e de torturas. Ele não cedeu. Afinal os emires se contentaram com sua palavra dizendo que “aquele príncipe franco era o mais altivo cristão que eles jamais haviam visto no Oriente”. (J. F. Michaud, História das Cruzadas, ed. cit., Vol.V, pp. 93-94).

Era esse respeito à palavra dada que tornava possível a trégua de Deus, os acordos de paz, a libertação de prisioneiros, que se comprometiam a não mais participar de hostilidades.

Que quadro diferente apresenta o século XXI!

Tratados não são respeitados, tréguas são violadas, e só a força é garantia. É dessa falta de honra que nascem os ataques à traição, o terrorismo, e os campos de concentração, em que o arame farpado e as metralhadoras substituem a palavra de honra medieval.

Que governante atual faria o que fez São Luis? Ao saber que uma terra não era sua, o santo Rei de França mandou devolvê-la imediatamente à Inglaterra, sua legítima soberana, mandando ainda os documentos comprovantes do direito inglês.

Naqueles tempos não havia tantos selos, firmas reconhecidas, garantias e fiadores. Para os velhos portugueses e bandeirantes bastava um fio de barba como sinal de compromisso, para obrigá-los a cumprir a palavra dada.

Tempos de fé, tempos de palavra, tempos de honra. Então se cumpria a palavra de Nosso Senhor no Evangelho:

“que vossa palavra seja sim, sim, não, não. E tudo o que é fora disto vem do maligno” (São Mateus. V, 37)..

Por isso, quando tomavam a Deus por testemunha, os cavaleiros se referiam comumente à veracidade de Deus mais que a qualquer outra de suas virtudes, e diziam: “Par Dieu, qui ne mentit”. Por Deus que não mente (Léon Gautier, La Chevalerie, p.50 da edição Arthaud de 1959).

O cavaleiro devia ser como Deus que não mente.

9º Mandamento: Serás generoso e farás liberalidade a todos

Aquele que dá a vida pelo próximo dá a maior prova de amor por ele. Como poderá ele, ao mesmo tempo, ser avarento? O cavaleiro era assim obrigado a dar o que tinha para os pobres e necessitados. Daí, nas ordens de cavalaria, o voto de pobreza. Daí o amor pelos pobres.

A generosidade era tão típica da Cavalaria, que se tornou tão necessária para se pertencer a ela, tanto quanto a proeza.

Para se elogiar um cavaleiro, dizia-se que ele era “courtois et sage, et larges pour donner » (L. Gautier, La Chevalerie, pg. 84 da edição original, e p.51 na edição adaptada da edição Arthaud de 1959)

Cortês e sábio, e generoso no dar!

Godofredo de Bouillon, protótipo dos cavaleiros, visitava freqüentemente os pobres de seu exército. E Bohemundo antes de partir para a primeira cruzada, deu tudo que tinha, a ponto de precisar depois pedir ajuda a Tancredo.

A preocupação dos cavaleiros devia ser a assistência aos órfãos, aos pobres e às viúvas.

São Tomas Beckett, chanceler da Inglaterra, após presidir os banquetes dos grandes da corte, (nos quais ele quase nada

comia), quando todos tinham saído, as mesas eram postas de novo. E então entravam os pobres para comer. E era o Chanceler da Inglaterra que os servia.

E São Luis, Rei, fazia o mesmo: lavava os pés dos pobres, e os servia à mesa. E era por amor a Deus, e não para ter prestígio que fazia isso. Esse mesmo Rei pessoalmente cuidava dos enfermos nas epidemias, e enterrava os cadáveres putrefatos dos cruzados. (J. F. Michaud, História das Cruzadas, ed. cit., Vol. V, p.p. 51 e 150).

Era o tempo da caridade, e não o da filantropia.

10º Mandamento: Combater o mal e defender o bem

Assim formulou a Igreja o 10º mandamento da Cavalaria. É interessante observar a ordem em que está formulado este último mandamento: primeiro se manda combater o mal, e, só depois, se fala em defender o bem.

Esse amor ativo ao bem, que só se manifesta quando se combate o mal, era bem representado pela seguinte oração do Pontifical para a benção de um novo cavaleiro:

Oh Deus, Vós só permitistes aqui na terra o uso da espada para combater a malícia dos maus, e para defender a justiça. Fazei, pois, que vosso cavaleiro jamais utilize do gládio para lesar injustamente quem quer que seja; mas que se sirva dele, para defender, aqui na terra, o que é justo e reto (L. Gautier, La Chevalerie, pg. 86 da edição original, p. 52 da edição Arthaud).

O cavaleiro levava o amor ao bem à sua conclusão natural: o ódio ao mal. E o mal ele não se limitava a identificá-lo, mas ele o combatia efetivamente. Ele exercia assim a virtude da vingança de Deus, e, como Davi, ele podia repetir com propriedade o salmo:

“Por ventura não odeio eu, Senhor, os que Te odeiam e não me causam tédio os que se levantam contra ti? Com ódio implacável eu os odeio, tornaram-se meus inimigos”. (Salmo CXXXVIII, 21-22)

“Alegrar-se-á o justo ao ver a vingança” (Salmo 5LVIII, 11)

E como aos judeus que massacraram os adoradores do bezerro de ouro, Deus podia dizer aos cavaleiros ao voltar de seus combates:

“Hoje vós consagrastes vossas mãos ao Senhor” (Ex. XXXII, 29)

Porque, como os Macabeus, eles foram tomados pelo “santo” furor da lei, e preferiam “morrer em combate que ver os males de nosso povo e das coisas santas”, (I Mac. III, 59).

É esse ódio ao mal e esse amor ao bem que caracteriza o justo.

E que maior testemunho e homenagem se podem dar da justiça dos cavaleiros do que a prestada pelos indus pagãos ao grande Afonso de Albuquerque?

Mesmo depois de morto, era a ele que os indus levavam suas queixas e processos, indo a seu túmulo e lá reclamando justiça. Eles confiavam que, quem nunca lhes faltara com a justiça enquanto vivo, não lhes faltaria, mesmo após a morte. Assim o “Albuquerque terrível” foi juiz mesmo após a morte.

A sede de justiça ardia na alma da cavalaria e para ela, no grande dia do Juízo, Nosso Senhor, dirá:

“Bem-aventurado vós que tivestes fome e sede de justiça porque sereis fartos”

Assim era a Cavalaria, na defesa da Igreja. A ela cabe o grande elogio que Deus fez da espada e da pessoa de Judas

Macabeu e de seu papel, protegendo o povo judeu.

A Cavalaria

[...] dilatou a glória do povo cristão, e se revestiu de couraça como um gigante, cingindo-se com suas armas para combater, e protegia toda a Cristandade com sua espada. Tornou-se semelhante a um leão nas suas ações e a um leãozinho que ruga sobre a presa, perseguiu todos os maus, buscando-os por toda a parte; e queimou em chamas os que perturbavam o povo. E os seus inimigos retiraram-se pelo temor que lhe tinham e todos os obreiros da iniquidade se turbaram; e a sua mão conduziu prosperamente a salvação do povo. Exasperava muitos reis e alegrava a Santa Igreja com seus grandes feitos e a sua memória será eternamente bendita. E percorreu as cidades de Judá e lançou fora delas os ímpios e apartou a ira de Deus de cima da Cristandade. Tornou-se célebre até as extremidades da Terra e reuniu os que estavam a ponto de perecer, (1 Mac. III,1-10. As palavras sublinhadas não são da Sagrada Escritura, mas postas para a adaptação).

Assim era a Cavalaria. Assim era a Idade Média. Assim é a Igreja, como Cristo, ontem, hoje e para sempre.

Nota: Este texto foi escrito há várias décadas. Recentemente foi revisado para publicação e foram acrescentadas algumas citações, de memória, de certos livros antigos que não estão mais ao alcance, de modo que pode haver alguma falha na citação de obras mais antigas. Pedimos desculpas por essas possíveis falhas.